MUTHER

MULHERES EM LUTA! ARQUIVOS DE MEMÓRIA POLÍTICA

Desipe remove presas grevistas para hospital

Greve de fome entra hoje no seu décimo dia

Secretaria espera solução das famílias para a greve das seis presas políticas

Solidariedade às presas políticas leva 23 presos políticos à greve de fome

Igreja silencia sobre a greve

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

De 7 de outubro de 2023 a 28 de julho de 2024.

MEMÓRIA E RECONHECIMENTO DA LUTA POLÍTICA DAS MULHERES

O fazer político, embora considerado hegemonicamente um lugar masculino, não se configuraria como é hoje sem a participação feminina. As mulheres, apesar da invisibilidade histórica que ainda enfrentam, têm contribuições significativas para o desenvolvimento da sociedade brasileira, especialmente para a efetivação da democracia e da justiça social. Esta é a mensagem presente na exposição *Mulheres em Luta! Arquivos de memória política*, a qual inspira a elaboração deste catálogo.

Este é um trabalho que, além de evidenciar o protagonismo das mulheres nos espaços de construção política, valoriza as diferentes vozes que compõem a população feminina no Brasil: negras, brancas, do campo, das favelas, das universidades, dos movimentos sociais, entre outras. Enquanto nas periferias se organizavam movimentos femininos por direitos fundamentais como terra e moradia, educação, saúde e saneamento básico, em outros lugares mulheres alcançavam espaços políticos e passavam a criar e promover uma agenda feminista com questões relacionadas a equidade de gênero. Essas não são lutas opostas – movimentos comunitários de mulheres e movimentos feministas –, mas que se somam na construção de uma sociedade justa e que demonstram a diversidade de experiências femininas no país, marcadas por desigualdades de raça, classe, sexualidade e território.

Embora o ponto de partida seja o momento histórico em que o país esteve submetido à Ditadura Civil-Militar, quando mulheres foram brutalmente violentadas por acreditar e atuar na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática, a curadoria cria uma conexão temporal com movimentos contemporâneos. Grupos como Mães de Maio e Movimento de Familiares de Vítimas do Massacre de Paraisópolis foram organizados por mães, familiares e amigos de vítimas da truculência dos órgãos de segurança pública

do Estado. Isto porque, ainda hoje, se testemunha a reprodução de práticas violentas herdadas do regime ditatorial.

O acervo não ilustra apenas o rosto dessas mulheres, mas também traz documentos que contribuem tanto para denunciar as brutalidades que enfrentaram ao longo da história, quanto para registrar suas formas de organização e de resistência para a construção de uma sociedade melhor. Entre os itens estão fotografias, relatórios, documentos pessoais, plantas, matérias de jornais, cartas, cartões postais, cartazes e abaixo-assinados, todos organizados de forma a documentar e colocar em evidência a experiência histórica feminina das últimas décadas.

A exposição e o catálogo *Mulheres em Luta! Arquivos de memória política* contribuem, também, para o reconhecimento e a valorização da luta e do papel histórico das mulheres que defendem a democracia e a justiça social ao longo dos últimos cinquenta anos, destacando seu protagonismo nas construções políticas e sociais. Reconhecer e se engajar na história é um processo contínuo que exige compromisso e que produz aprendizados para um futuro melhor. Neste sentido, valorizar e evidenciar o protagonismo e as contribuições femininas, assim como suas lutas, também é uma questão de justiça social.

A FES Brasil – Fundação Friedrich Ebert, como organização que atua pela defesa da democracia e pelo fortalecimento da justiça social, considera este trabalho extremamente relevante para avançarmos na construção da democracia paritária com equidade de gênero. Por isso, estamos honrados em apoiar o desenvolvimento deste projeto do Memorial da Resistência de São Paulo, que reflete nossas agendas prioritárias de atuação.

Christoph Heuser
Representante da FES Brasil

Jaqueline Lima Santos
Diretora de Justiça Racial e de Gênero da FES Brasil

8 MULHERES EM LUTA!
ARQUIVOS DE MEMÓRIA POLÍTICA

12 MARCAS
BEATRIZ NASCIMENTO

LUTA POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

20 COLETA REGULAR DE TESTEMUNHOS: MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR

26 TRANSGRESSÃO
BEATRIZ NASCIMENTO

28 COLETA REGULAR DE TESTEMUNHOS: MEMÓRIAS DA VIOLÊNCIA NA DEMOCRACIA

34 INÊS ETIENNE
ROMEU

LUTA POR DIREITOS

78 QUERO ESCREVER UM CONTO
BEATRIZ NASCIMENTO

80 NAIR
BENEDICTO

90 UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO

112 CLUBE DE MÃES DA ZONA SUL

124 LAUDELINA DE CAMPOS MELLO

130 IN.FORMAR: CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR

134 ACERVO
BAJUBÁ

136 GRUPO
CONTRAFILÉ

MULHERES EM LUTA! ARQUIVOS DE MEMÓRIA POLÍTICA

Têm que valer
Têm que valer
Nossos direitos
Com amor e com prazer

Amelinha Teles

Olhar para o período da Ditadura Civil-Militar (1964–1985) sob a perspectiva de gênero é a linha que tece a exposição *Mulheres em Luta! Arquivos de memória política,* que apresenta ao público do Memorial da Resistência de São Paulo a participação e a contribuição de mulheres na construção política do nosso país. Tendo como recorte o acervo de história oral do museu, abordamos as lutas coletivas de mulheres por memória, verdade e justiça e por direitos fundamentais. Pelo que lutam? Como lutam? Quais são suas histórias?

O primeiro gesto de *Mulheres em luta!* é um convite à escuta de testemunhos da Coleção Memórias da Ditadura Civil-Militar na instalação *partitura da escuta* (2023) de Bianca Turner. São muitas experiências de resistência, dor e afeto que atravessam a trajetória dessas mulheres: as greves nas fábricas, a maternidade na clandestinidade, o machismo da própria esquerda, a intolerância contra pessoas transgênero e a homofobia, como também o ódio ao corpo feminino, as violências sexuais e, por outro lado, a solidariedade nas celas das prisões e o compromisso com a vida, que prevaleceram e permitiram que os relatos das sobreviventes e ex-presas políticas chegassem até nós.

As narrativas dessas mulheres nos levam a percorrer outros arquivos, como o de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente do centro clandestino de tortura conhecido como Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). A coragem com que ousou desafiar o aparato repressivo da época, identificar seus torturadores e elucidar os fatos à sociedade suscitou uma surpreendente rede de apoio que cruzou as fronteiras nacionais, da qual o filme *Inês* (1974), da atriz e cineasta feminista Delphine Seyrig, é um desdobramento. A obra é uma impactante denúncia contra a tortura ao corpo feminino e representa um documento histórico, concebido por e para mulheres, a fim de reconstituir a memória do período e denunciar a misoginia praticada pelos agentes do Estado.

São também as denúncias de Inês que nos aproximam da história da desaparecida política Heleny Guariba. Sua memória é apresentada no filme *Cadê Heleny?* (2022), de Esther Vital, em cenários bordados em *arpilleras* a partir de um processo de coleta de testemunhos que teve início em 2018, em oficinas realizadas no Memorial da Resistência.

O imaginário de luta da pensadora negra, militante e poeta Beatriz Nascimento está presente em três poemas escritos nos anos 1980, que trazem um retrato urgente e contemporâneo das formas de resistir contra a violência, a impunidade e o racismo. Sua noção de "corpo-memória" ilumina nosso caminhar pela exposição.

Quanto da nossa democracia fraturada é consequência da impunidade das violências cometidas pelo Estado durante a ditadura brasileira? É sobre essa temática que apresentamos a série de três vídeos *Do luto à luta* (2023), da cineasta Val Gomes, produzida a partir de testemunhos reunidos na Coleção Memórias da Violência na Democracia, do acervo do Memorial, e realizada com mulheres que fazem parte dos coletivos Mães da Leste, Movimento de Familiares de Vítimas do Massacre de Paraisópolis, e Mães de Osasco e Barueri.

A luta por memória, verdade e justiça combina-se à busca por direitos fundamentais, que ganha força a partir de meados da década de 1970 e durante a redemocratização. Demandas por saúde, educação e moradia digna, presentes nas reuniões dos Clubes de Mães da Zona Sul, encontram pautas feministas como o fim da violência de gênero, equidade salarial e políticas de planejamento familiar da União de Mulheres de São Paulo. Hoje, continuam a inspirar projetos como o das Promotoras Legais Populares, voltado para a educação e capacitação de mulheres para o acesso à justiça e aos direitos humanos.

Avanços fundamentais, como direitos trabalhistas e a criminalização do racismo, são também frutos da dedicação de vidas inteiras, como a de Laudelina de Campos Mello, fundadora do Sindicato das Domésticas, e de organizações como a In.Formar: Cultura e Educação Popular, criada para apoiar e documentar movimentos sociais.

Nair Benedicto é autora de um dos mais importantes arquivos fotográficos das lutas populares no país. Estampar em lambe-lambe as fotografias das oficinas "Conhecendo o corpo feminino" (1984) no muro do corredor de sol do antigo espaço carcerário do Deops/SP é um ato de justiça.

A história oral, os encontros em círculos e as rodas de conversa nos conectam com a *Escola de Testemunhos* (2023), do Grupo Contrafilé, e com os percursos de memória mediados pelo Acervo Bajubá em torno das ações do coletivo Mulheres da Luz e das experiências das comunidades LGBT+ em defesa de suas identidades e sexualidades.

Esta exposição não poderia ter sido realizada sem o apoio de instituições voltadas à preservação da memória, como o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp), o Centro de Documentação e Memória (CEDEM/Unesp), o Centre Audiovisuel Simone de Beauvoir, a Cinemateca Brasileira, a Fundação Beatriz Nascimento e o IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas, bem como nossas parcerias com o Consulado Geral da França em São Paulo e a FES Brasil – Fundação Friedrich Ebert.

Apresentados em diálogo na exposição, esses arquivos criam uma complexa costura de afetos, trocas e vivências em que as estratégias de luta se referenciam ao longo do tempo. Se esses materiais hoje se encontram disponíveis ao público foi graças à coragem das mulheres para testemunhar e ao esforço de muitas pessoas para registrá-los, coletá-los e guardá-los, como também para recolhê-los e doá-los a instituições públicas e privadas.

Das histórias de vida fraturadas pela dor às redes de afeto construídas na resistência, esta exposição é um ato de memória à força política das mulheres.

Ana Pato e Carolina Faustini Junqueira
curadoras, Memorial da Resistência de São Paulo

p. 8: Trecho de marchinha do Bloco Carnavalesco Casa de Dona Yayá da União de Mulheres de São Paulo (Bloco da Dona Yayá).

MARCAS

[A Lilian Menezes
e Isolda, 1986]

Vinte anos... ditadura
Vinte de tortura
Vinte de agressão
Vinte portas se fecharam
Vinte outras se lacraram
No reino da perversão

Quantas "forças sociais"
Quantas forças mais e mais
'Inda podem (os) reverter?
Em bens, em bombas, em balas
Em falas, ânsias, em "calas",
Orgias da frustração

Mas quantas feridas deixaram
Em frinchas de moça e menina
Histórias individuais que esquálidas
Sem cheiro

Beatriz Nascimento

Historiadora, poeta e militante, Maria Beatriz Nascimento (1942–1995) é autora de uma obra fundamental para a discussão étnico-racial no país. A experiência da diáspora africana, o corpo-território em exílio, as pesquisas sobre a formação dos quilombos no Brasil, a ressignificação da noção de quilombo como território de resistência e liberdade, e as opressões à mulher negra foram alguns de seus temas tratados. Essa intensa produção foi interrompida precocemente aos 52 anos, quando Beatriz foi vítima de feminicídio. Entre os legados de Beatriz Nascimento estão poemas que ocuparam as paredes da exposição, presentes no livro *Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento* (2015), organizado por Alex Ratts e Bethania Gomes. Suas palavras afirmam-se como territórios de luta, memória e resistência negras, onde a ação política se revela, sobretudo, como um ato genuíno de criação.

Beatriz Nascimento e sua filha, Bethania. Rio de Janeiro, julho de 1975.

LUTA POR MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

ANISTIA
AMPLA
GERAL E
IRRESTRITA
SOLTEM NOSSOS PRES

Realizar ações de reparação após os anos de Ditadura Civil-Militar nos leva a refletir sobre os desafios em estabelecer políticas de memória em um país onde a Lei de Anistia e a impunidade em favor dos crimes cometidos alcançam os dias atuais. A demanda por memória, verdade e justiça tornou-se uma expressão familiar no vocabulário político de pessoas dedicadas a exigir o esclarecimento circunstanciado de violações de direitos humanos em uma sociedade que segue marcada por violências do Estado e práticas autoritárias. As vozes dos sobreviventes e de familiares de mortos e desaparecidos são fundamentais nesse processo, centrais para a denúncia dos crimes e para a busca de esclarecimentos.

São muitos seus atos de resistência democrática, seja ocupando espaços públicos em comícios, manifestações e panfletagens, cobrando órgãos como a Comissão Nacional da Verdade (2011–2014) ou reconhecendo no poder da escuta e na história oral uma forma de compartilhar seus testemunhos, como fazem as presas e as perseguidas políticas da Ditadura Civil-Militar e as mães que perderam os filhos em atos de violência recente pelas mãos do Estado brasileiro. Suas lutas tampouco se encerram após as elucidações dos crimes, como bem mostra a persistência de Inês Etienne Romeu em identificar e punir seus torturadores mesmo durante os anos de redemocratização.

Saída de Inês Etienne Romeu do Instituto Penal Talavera Bruce, abraçada pela mãe, D. Filinha. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1979.

COLETA REGULAR DE TESTEMUNHOS: MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Atuante desde 2009, o Programa Coleta Regular de Testemunhos é responsável pela constituição do acervo do Memorial da Resistência e preserva hoje mais de duzentas entrevistas realizadas com ex-presos políticos, familiares de mortos e de desaparecidos durante a Ditadura Civil-Militar, militantes de movimentos sociais e culturais diversos, e profissionais que, por ofício, frequentaram as estruturas repressivas do Estado. Além disso, o Programa registra as memórias de outros tantos atores sociais que, com diferentes vivências de episódios de repressão e resistência no contexto ditatorial, contribuem para a reconstrução de aspectos da memória política brasileira através da História Oral, importante metodologia de pesquisa criada nos anos 1950 e firmada entre pesquisadores a partir dos anos 1970, que se popularizou no Brasil nos anos 1990, quando começou a ser utilizada amplamente por pesquisadores de distintas áreas do conhecimento.

No Memorial da Resistência, os testemunhos são reconhecidos como fontes fundamentais para a reflexão sobre o nosso passado histórico e sobre processos sociais do presente, tendo como base a importância das memórias, em suas dimensões individual e coletiva, como uma forma singular de retomar o passado. Por meio dessa escuta contínua, o Programa Coleta Regular de Testemunhos contribui como um canal de registro de memórias não hegemônicas, em especial para as que nasceram de processos traumáticos e enfrentaram formas brutais de silenciamento.

partitura da escuta (2023), videoinstalação de Bianca Turner.

Mulheres que cederam entrevistas ao Programa Coleta Regular de Testemunhos.

Adriana Regina dos Santos, Ana Maria do Carmo Silva (Ana Dias), Ana Maria Martins Soares, Ana Maria Ramos Estevão, Áurea Moretti Pires, Caroline Grassi, Cícera Vieira Santos, Clarice Vieira da Silva, Cristine Takuá, Daiane Pettine, Darci Toshiko Miyaki, Deborah Regina Leal Neves, Dilma Rousseff, Dulce Quirino de Carvalho Muniz, Elaine Cristina de Carvalho, Eleonora Menicucci, Elza Ferreira Lobo, Eva Teresa Skazufka, Fernanda dos Santos Garcia, Florencia Castoldi, Gabriela Aidar, Gretta Salgado Silveira, Guiomar Silva Lopes, Hailey Kass, Helenalda Resende de Souza Nazareth, Hilda Maria Azevedo Alves, Ida Schrage, Ilda Martins da Silva, Janice Theodoro da Silva, Kátia Felipini Neves, Katy de França Escobedo Fernandes, Leane de Almeida, Lenira Machado, Leslie Denise Beloque, Lúcia Maria Salvia Coelho, Magali do Nascimento Cunha, Márcia Bassetto Paes, Marcia Gazza, Marcinha do Corintho, Margarida Maria do Amaral Lopes, Maria Albertina Gomes Bernacchio, Maria Amélia de Almeida Teles, Maria Aparecida Costa Cantal, Maria Aparecida de Aquino, Maria Aparecida dos Santos (Cidinha), Maria Aparecida dos Santos (Iyá Cida), Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Oliviera Bruno, Maria Cristina Quirino Portugal, Maria José Paula Alves, Maria José Soares, Maria Luiza Locatelli Garcia Belloque, Maria Luiza Tucci Carneiro, Marisa Fernandes, Marlene Perlingeiro Crespo, Marta Costta, Miriam Miguel, Nair Benedicto, Neon Cunha, Neusa Ferreira de Souza, Neusa Maria Pereira, Rita Cerqueira de Quadros, Rita Maria de Miranda Sipahi, Roberta Estrela D'Alva, Rosalina Santa Cruz, Rosemeire Nogueira, Sofia Dias Batista, Sônia Hypólito Lichtsztejn, Symmy Larrat Brito de Carvalho, Tatiana Russo dos Reis, Thaís Battibugli, Thais de Azevedo, Vilma Amaro, Zilda Maria de Paula.

TRANSGRESSÃO

(aula de micropolítica,
Dona Martha)
[01.09.1987]

Houve uma guerra no Rio
Pra quem não soube um delírio
Produto de alucinação
Houve uma ação contra o morro
Armada e genocida
Que regeu aquelas colinas
De sangue de baixo acima
Ação de "Código Penal"
De impotência social
De esbirros e malfeitores
Arrogante e prepotente
Que atirou toda a gente
Num terror irrespondível
Houve gritos e choros
Que a cidade surda
Rapidamente esqueceu
E foi no Corcovado

No quilombo onde já aconteceu
Em algum tempo da história
Que na memória feneceu
Jamais foi contado
Pois lá era a mesma gente

E o país urgentemente
Apagou da mente
A verdade que passou
Mas não é passado é presente
Pra que repetição?
É necessário que abafes
O ruído das sirenes
Que perturbam o ambiente
Dividindo os homens
Entre bons e maus
Entre nós e eles
Entre vivos e mortos.

Beatriz Nascimento

COLETA REGULAR DE TESTEMUNHOS: MEMÓRIAS DA VIOLÊNCIA NA DEMOCRACIA

O Programa Coleta Regular de Testemunhos se dedica à realização de entrevistas em audiovisual com pessoas que possam testemunhar sobre aspectos de suas vivências durante a última ditadura brasileira, contribuindo para ampliar a compreensão histórica de eventos, processos sociais, conjunturas políticas, modos de vida e inúmeras outras questões referentes às experiências individuais e coletivas que configuraram a vida social nesse contexto. Desta forma, o Programa amplia o conhecimento sobre o histórico do Deops/SP e do controle social no Estado republicano, e sobre os espaços, as memórias e os vestígios da repressão e da resistência política no estado de São Paulo.

Considerando, no entanto, a permanência e a constância da violência policial e das práticas de extermínio contra parcelas importantes da sociedade brasileira, as Coletas de Testemunhos, sempre voltadas à escuta de vítimas da violência de Estado, não poderiam deixar de focar também os processos da contemporaneidade. Nesse sentido, desde 2023, têm sido realizadas entrevistas que compõem a Coleção Memórias da Violência na Democracia, dedicada a abordar os impactos da última ditadura no cenário político, social, cultural e de segurança pública, que pautam os debates do presente. Essa nova coleção visa, portanto, atualizar a atuação do Programa Coleta Regular de Testemunhos como um importante recurso para promover a reflexão sobre a luta por direitos e por memória, verdade e justiça no enfrentamento às impunidades policiais.

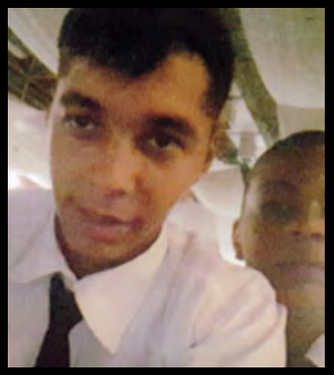
Do luto à luta (2023), série de vídeos dirigida por Val Gomes.

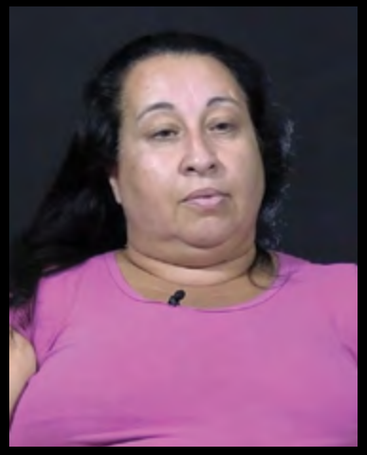
MÃES DE MAIO

O mês de maio de 2006 marcou um dos mais violentos eventos cometidos pelo Estado brasileiro desde sua redemocratização. Os confrontos entre integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e agentes públicos de segurança, somados a grupos paramilitares, culminaram em centenas de mortes em um período de dez dias por todo o estado de São Paulo. Números apontam para mais de cinquenta agentes e quinhentos civis, muitos deles jovens negros e periféricos. A ausência de investigações e responsabilização pelos assassinatos motivou a criação do movimento Mães de Maio, fundado por Débora Silva e composto por mães, familiares, amigos e amigas das vítimas em busca de justiça e reparação. Sua atuação é referência na denúncia contra os crimes cometidos pelo Estado e segue inspirando a criação de inúmeros movimentos semelhantes mesmo depois de mais de quinze anos do ocorrido.

MÃES DA LESTE

Fundado em 2019, o movimento Mães da Leste reúne mães de diferentes bairros da zona leste de São Paulo que perderam seus filhos em distintas abordagens policiais, e que seguem sem os devidos esclarecimentos. O silêncio e a negação do Estado em relação aos crimes cometidos se converteram em um denominador comum na vida dessas mulheres, que construíram uma potente rede de afeto, solidariedade e apoio entre elas. Em protestos e ações de mobilização, as mães denunciam os crimes de Estado, demandam transparência e responsabilização dos culpados e transformam suas perdas pessoais em um chamado coletivo por verdade, memória, justiça e reparação. O Programa Coleta Regular de Testemunhos reúne depoimentos de diversas integrantes, entre eles o de Márcia Gazza, articuladora e fundadora do movimento Mães da Leste.





Stills do vídeo *Do luto à luta: Mães da Leste* (2023)

CHACINA DE OSASCO E BARUERI

Nos dias 8 e 13 de agosto de 2015, agentes do Estado encapuzados adentraram bairros periféricos na Região Metropolitana de São Paulo e realizaram uma série de assassinatos em retaliação pela morte de dois agentes de segurança, vítimas de assaltos armados alguns dias antes. Jovens moradores de Osasco e Barueri, aleatoriamente escolhidos em locais sem qualquer conexão entre si, foram alvos da ação. Também foram apontadas mortes em Itapevi e Carapicuíba, totalizando 28 vítimas, segundo familiares. Três policiais militares e um guarda civil militar foram acusados pelos crimes. Em fevereiro de 2021, o policial Victor Cristilder e o guarda Sérgio Manhanhã tiveram a condenação anulada por júri popular. Até a data desta publicação os policiais Fabrício Eleutério e Thiago Henklain permanecem detidos. Em 2023, foi deferido o pedido para que Cristilder retornasse à Polícia Militar.

Still do vídeo *Do luto à luta: Mães de Osasco* e Barueri (2023)

MASSACRE DE PARAISÓPOLIS

Still do vídeo *Do luto à luta: Movimento de Familiares de Vítimas do Massacre de Paraisópolis* (2023)

O Baile da DZ7 reunia cerca de 5 mil pessoas em Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, quando foi violentamente encerrado na madrugada de 1 de dezembro de 2019 pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. A ação de dispersão da multidão levou a inúmeros feridos e à morte, em uma viela, de nove jovens com idades entre 14 e 23 anos. A narrativa adotada pela Polícia, que desresponsabiliza os agentes, é contestada: ao contrário do informado pelo órgão, as imagens e gravações não indicam oposição violenta das pessoas presentes; os laudos necroscópicos divergem da causa da morte, inicialmente apontada como pisoteamento acidental; e a remoção das vítimas, já sem vida, pela polícia é entendida não como uma tentativa de socorro, mas como interferência nas investigações. Em julho de 2023 foi dado início ao julgamento: dos 31 policiais envolvidos, doze são processados por homicídio e lesão corporal. Uma apuração também transcorre separadamente na Justiça Militar.

Conduzida junto aos familiares das vítimas, uma investigação defensiva sobre a ação policial no Baile da DZ7 foi realizada pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) e pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. O trabalho se desdobrou em uma série de nove vídeos e está disponível no canal do YouTube do CAAF/Unifesp.

INÊS ETIENNE ROMEU

O reconhecimento dos crimes cometidos pela Ditadura Civil-Militar brasileira não existiria sem as muitas testemunhas que ousaram levantar a voz e denunciar tamanhas atrocidades, como fez Inês Etienne Romeu (1942–2015). Recontar sua vida é, não somente se defrontar com todas as mais graves violências perpetradas pelo Estado no período, mas também com a coragem, a força e a determinação admiráveis de uma mulher em sua luta por memória, verdade e justiça.

Única sobrevivente da Casa da Morte, centro clandestino de detenção, tortura e desaparecimento em Petrópolis (RJ), Inês levou a público a existência do endereço secreto, apontou vítimas que tiveram passagem pelo local e lutou incansavelmente pela responsabilização de seus torturadores, identificando muitos deles durante as investigações da Comissão Nacional da Verdade.

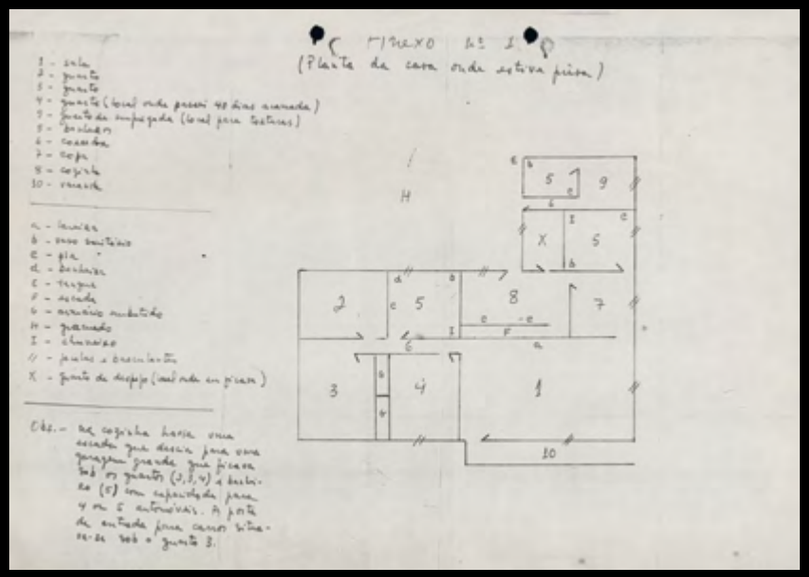
Seus esforços produziram um arquivo pessoal extenso e valioso, composto de relatórios, cartas recebidas na prisão, processos jurídicos, fotografias e fotocópias de fichas criminais atualmente sob salvaguarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ainda que em uma ínfima amostragem, os documentos apresentados atestam o valor da luta de Inês Etienne e a confiança dada por ela, historiadora e arquivista de formação, ao arquivo como ferramenta incontestável na preservação da memória e na obtenção da verdade.

Inês, Luiza Erundina e Amelinha Teles. Sem data.

MILITÂNCIA E SEQUESTRO [1964-1971]

Inês Etienne Romeu ingressou em 1961 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, desde o golpe civil-militar de 1964, participou de diferentes organizações de oposição perseguidas pelo regime, entre elas a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da qual esteve à frente. Investigada por agentes da repressão, foi sequestrada em São Paulo em 5 de maio de 1971, quando já se encontrava afastada da VPR, e detida ilegalmente no Deops/SP. Após ser torturada nas instalações da polícia política, foi transferida no dia seguinte para o Rio de Janeiro, onde tentou suicídio. Depois de hospitalizada, foi levada para um centro clandestino de tortura e desaparecimento em Petrópolis, conhecido como a Casa da Morte.

Cartão de estudante de Inês do curso de História na Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1969.



CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS [1971]

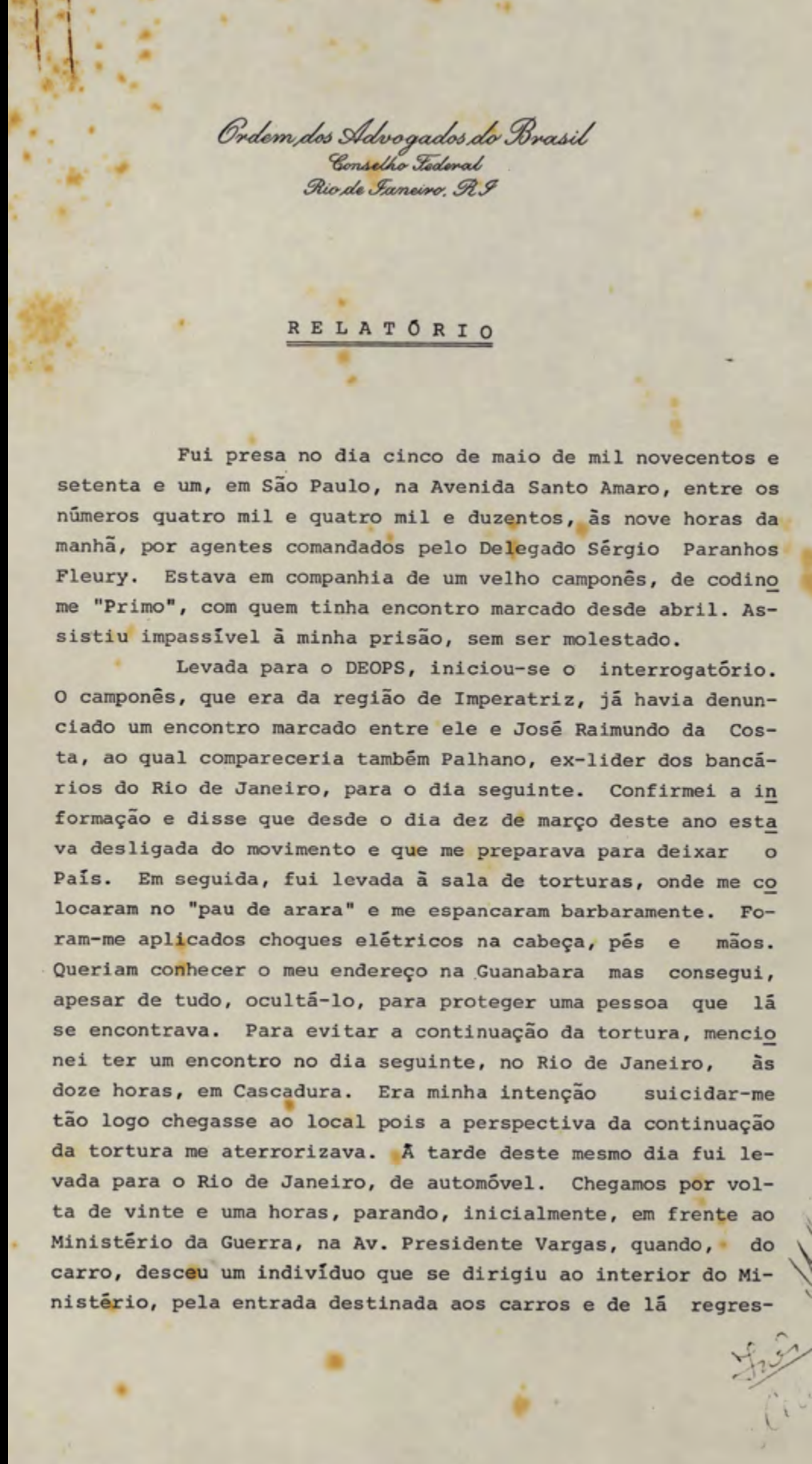
Como corroborado pela Comissão Nacional da Verdade em 2014, a Casa da Morte foi um centro clandestino de tortura e extermínio ocupado entre 1971 e 1974 pelo Centro de Informações do Exército (CIE), em Petrópolis. Instalada em uma casa de aparente uso residencial, a estrutura repressiva era utilizada para sequestros, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres. Inês foi a única sobrevivente, tendo permanecido 96 dias no imóvel. Durante esse período, sem conhecimento de seu paradeiro, familiares e amigos realizaram buscas para encontrá-la em meio a informações vagas e infundadas compartilhadas por militares e representantes do Estado, inclusive sobre seu suposto assassinato.

Planta dos cômodos da Casa da Morte, centro clandestino de tortura em Petrópolis, desenhada por Inês. Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971.

RECUPERAÇÃO E TESTEMUNHO [1971]

Após fingir aceitar um acordo com seus torturadores, Inês foi solta sob a condição de atuar como infiltrada em organizações subversivas. Em agosto de 1971 foi levada da Casa da Morte para a residência da irmã em Belo Horizonte sob vigilância de agentes do Estado. Dada sua saúde frágil, pesando pouco mais de trinta quilos, permaneceu na Casa de Saúde Santa Maria por três meses. Durante a internação, Inês relatou por escrito detalhes de seu sequestro, identificou torturadores pelos seus codinomes e apontou possíveis vítimas assassinadas no endereço em Petrópolis. Por se negar a colaborar com os agentes do Estado e temendo por sua segurança, optou, com o apoio de familiares e do advogado Augusto Sussekind de Moraes, por ter sua prisão legalizada em novembro de 1971.

Relato em versão datilografada, redigido por Inês quando internada na Casa de Saúde Santa Maria. A denúncia expõe as circunstâncias de sua detenção clandestina e os codinomes de seus torturadores e carcereiros. Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971.



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Rio de Janeiro, RJ

RELATÓRIO

Fui presa no dia cinco de maio de mil novecentos e setenta e um, em São Paulo, na Avenida Santo Amaro, entre os números quatro mil e quatro mil e duzentos, às nove horas da manhã, por agentes comandados pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury. Estava em companhia de um velho camponês, de codinome "Primo", com quem tinha encontro marcado desde abril. Assistiu impassível à minha prisão, sem ser molestado.

Levada para o DEOPS, iniciou-se o interrogatório. O camponês, que era da região de Imperatriz, já havia denunciado um encontro marcado entre ele e José Raimundo da Costa, ao qual compareceria também Palhano, ex-líder dos bancários do Rio de Janeiro, para o dia seguinte. Confirmei a informação e disse que desde o dia dez de março deste ano estava desligada do movimento e que me preparava para deixar o País. Em seguida, fui levada à sala de torturas, onde me colocaram no "pau de arara" e me espancaram barbaramente. Foram-me aplicados choques elétricos na cabeça, pés e mãos. Queriam conhecer o meu endereço na Guanabara mas consegui, apesar de tudo, ocultá-lo, para proteger uma pessoa que lá se encontrava. Para evitar a continuação da tortura, mencionei ter um encontro no dia seguinte, no Rio de Janeiro, às doze horas, em Cascadura. Era minha intenção suicidar-me tão logo chegasse ao local pois a perspectiva da continuação da tortura me aterrorizava. À tarde deste mesmo dia fui levada para o Rio de Janeiro, de automóvel. Chegamos por volta de vinte e uma horas, parando, inicialmente, em frente ao Ministério da Guerra, na Av. Presidente Vargas, quando, do carro, desceu um indivíduo que se dirigiu ao interior do Ministério, pela entrada destinada aos carros e de lá regres-

sou em companhia de um outro, a paisana, que se incorporou ao grupo. Seguimos, então, para uma Delegacia situada na Av. Suburbana, próxima ao Largo dos Pilares, onde fui colocada numa cela. Meia hora depois, levaram-me para fazer o reconhecimento do local do "encontro". Eu havia dito que teria que andar uns trezentos metros, atravessando, inclusive, o Viaduto de Cascadura. Retornei à Delegacia onde passei a noite, ouvindo gritos e espancamentos de presos comuns que lá se encontravam. No dia seguinte, seis de maio, ao me aprontar para o "encontro", fizeram-me calçar meias para ocultar as marcas de espancamento, bem visíveis, em minhas pernas. Às doze horas fui para o local e atirei-me sob as rodas de um ônibus. Semi-consciente, fui levada pelos policiais para o Hospital da Vila Militar, onde recebi transfusão de sangue. Quase imediatamente, fui transferida para o Hospital Carlos Chagas e atendida por duas enfermeiras e dois médicos jovens. Ao ser feita a ficha de entrada, disse o meu nome e declinei minha condição de presa política. Fui desmentida por um policial que disse ser meu parente e que eu me chamava Maristela de Castro, fornecendo, inclusive, minha filiação. Neste hospital permaneci somente o tempo necessário aos primeiros socorros (suturas etc). Logo fui transportada para o Hospital Central do Exército onde tiraram radiografias de minha bacia, constatando-se não haver fraturas e que os ferimentos que tinha no corpo, queimaduras de terceiro grau, foram consequência de ter sido arrastada pela roda traseiro do ônibus. Quando do preenchimento da ficha no H.C.E. forneci meu nome verdadeiro, filiação, idade, etc., novamente declinando minha condição de presa política e as circunstâncias do acidente. Após medicada, informaram-me que eu teria alta em cinco dias. Na mesma noite, isto é, no dia seis, os agentes invadiram meu quarto e tentaram me interrogar, sendo impedidos pelo médico que me assistia. Dialogaram asperamente e um dos agentes disse aos berros que "estávamos em guerra" e que não poderia haver obstá-

culos legais para o que faziam. Mas o médico proibiu o interrogatório dizendo que só poderiam fazê-lo com permissão do Diretor do H.C.E. No dia sete de maio fui visitada, em horários alternados, pelo Diretor do H.C.E., por um psiquiatra e por um Capitão do Exército, que queriam saber sobre a minha saúde. No dia seguinte, entre oito e nove horas, retiraram-me à força do Hospital e jogaram-me numa caminhonete C-14 que estava estacionada no pátio do Hospital. Deitada e com os olhos vendados, fui conduzida para uma casa que, com o decorrer do tempo, descobri situar-se em Petrópolis, e cujo telefone é quatro mil e noventa (creio ser uma extensão do telefone do vizinho, ao que parece o locador da casa; diariamente, este indivíduo a quem os agentes chamavam Mário, visitava o local e mantinha relações cordiais com os seus moradores. Mário é estrangeiro - possivelmente um alemão - e vive em companhia de uma irmã. Possui um cão dinamarquês, cujo nome é Kill; embora não participe pessoalmente das atividades e das atrocidades cometidas naquele local, tem delas pleno conhecimento). Sem nome é Mário Lodders. Telefones e endereços atuais: 423254 e 426119 - Rua Arthur Barbosa 120 e 668a - Petrópolis - RJ.

Ainda durante a viagem, iniciou-se o interrogatório. Recebi todo o tipo de ameaças, inclusive a de que estava me reservado o mesmo tipo de tratamento dado pelo Esquadrão da Morte: sevícia e morte. Eu estava traumatizada e sentia dores fortíssimas em decorrência do atropelamento, além de um profundo sentimento de frustração por não ter morrido; temia não suportar as torturas.

Chegando ao local, uma casa de fino acabamento, fui colocada numa cama de campanha, cuja roupa estava marcada com as iniciais C.I.E. (Centro de Informação do Exército), onde o interrogatório continuou, sob a direção de um dos elementos que me torturara em São Paulo. Mostrou-me uma fotografia de José Roberto Rezende, querendo saber se eu o conhecia e dizendo-me que ele já estava preso. Disse-me também

que Palhano, o ex-lider dos bancários já referido, fora preso no mesmo dia seis de maio, em companhia do camponês que me entregara. Após tres dias de prisão, dois dos quais passados no H.C.E., os agentes já sabiam que as informações que eu lhes pudesse fornecer seriam inúteis: as pessoas que eu poderia eventualmente comprometer já conheciam minha prisão, pois minha ausência ao encontro marcado no Rio de Janeiro para o dia cinco seria o suficiente para alertá-las. Foi o que ocorreu.

O agente paulista retirou-se dizendo: "ela está entregue a vocês". Imediatamente "Dr. Cesar" (codinome) passou a chutar minha perna machucada, sendo contido por um outro elemento. Talvez, porque eu me achasse em precário estado de saúde.

Meus carcereiros, conheci-os por codinomes. Posso reconhecê-los:

1. Dr. Bruno - baixo, meio gordo, tipo sírio-libanês. Pareceu-me o oficial mais graduado do grupo (coronel). Defendeu tese na Escola Superior de Guerra, segundo me contou. É gaúcho.
2. Dr. Pepe - claro, cabelos e olhos castanhos, estatura mediana. É um homem inteligente, bem falante. Seu nome é Orlando Rangel, acho. Tenente-Coronel.
3. Dr. Teixeira - moreno claro, estatura mediana. É oficial.
4. Dr. Roberto - claro, cabelos pretos, estatura mediana, bigodes, marcas de ferimento à bala na perna, em consequência de tiroteio em janeiro de mil novecentos e setenta, nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas. Disse-me que o responsável pelos seus ferimentos era Fayal de Lira e que ele iria matá-lo. Seu nome é Capitão Freddie Perdigão Pereira, acredito.
5. Dr. Guilherme - baixo, magro.
6. Dr. Carneiro - é médido. Apesar do tratamento recebido no Hospital Carlos Chagas e no H.C.E. fiquei muito tempo sem

trocar os curativos, tendo infecções nas pernas e no abdomen. Em fins de maio, houve necessidade de uma raspagem, quando fui por ele atendida. Seu nome real é Dr. Lobo.
7. Dr. Cesar - baixo, meio gordo. É oficial.
8. Raul - claro, estatura mediana, meio gordo. Participou de um tiroteio em Copacabana em mil novecentos e setenta, contra Mariel Mariscot. Parece-me que seu nome é Severo.
9. Márcio - claro, cabelos castanhos anelados, gordo.
10. Rui - baixo, mulato.
11. Pardal - moreno, estatura mediana, pertence à PM. Seu nome real é Jarbas Fontes, acho.
12. Camarão - baixo, claro, natural do Ceará. Sua família reside em Fortaleza. Seu nome real é Wantuir ou Wantuil. É do Exército e fez parte da segurança pessoal do Presidente João Goulart. Disse-me que "Breno" (Carlos Alberto Soares de Freitas) foi o primeiro "terrorista" que esteve preso naquela casa. É uma espécie de caseiro do local, lá permanecendo durante todo o tempo acompanhado por outro elemento (inicialmente foi o Raul, depois Pardal). É de baixa instrução.
13. Mauro - alto, claro, bigodes e cabelos pretos. Segundo Camarão, passou tres anos em Cuba, a serviço dos órgãos de informação do Governo brasileiro, após 1964.
14. Zé Gomes ou Zezão - alto, mais de 1.90 m, mineiro, preto, ex-jogador da Seleção Mineira de Basquete, ocasião em que era sargento do Exército. Disse-me que foi reconhecido por Carlos Alberto Soares de Freitas, pois este havia jogado basquete no Minas Tenis Clube. Seu nome é Ubirajara.
15. Laecato - preto, alto (1,85 m), pouca instrução. Tem cicatrizes no peito, em consequência de tiroteio travado por ocasião da prisão de Fayal de Lira, segundo me contou. Tem quatro marcas de bala no corpo, do lado direito. Disse-me pertencer ao Esquadrão da Morte do Rio de Janeiro. Chama-se Rubens.

16. Laurindo - claro, baixo, é comissário de polícia de Petrópolis. Telefonavam para ele ligando para uma Delegacia e perguntando por Luiz ou Luizinho. Seu nome é Luis Claudio Azeredo Viana.
17. Marcelo - moreno claro, estatura mediana, tem 28 anos, disse-me pertencer ao Exército. Pratica alpinismo. Fez treinamento anti-guerrilha. Disse-me ainda ser parente do escritor Carlos Heitor Cony.
18. Alan - claro, cabelos pretos, 27 anos aproximadamente. Fez treinamento anti-guerrilha.
19. André e Otávio - brancos, estatura mediana. Idades entre 30 e 35 anos.

Até o fim de maio fiquei acamada, sem condições sequer de levantar-me, pois sentia tremendas dores. Durante esse tempo fui interrogada mas não sofri nenhuma coação física, a não ser os pontapés dados pelo Dr. César.

Queriam saber:

1. Onde estava o dinheiro da organização;
2. Quais os membros do "esquema médico" da VPR;
3. O nome da pessoa que ficara, no dia do sequestro do embaixador suiço, encarregada de buscar o médico, caso houvesse feridos na ação;
4. Quem era "Raquel";
5. Onde estivera escondido Carlos Lamarca, quando de seu encontro com "Douglas".

Maio findo, houve uma radical mudança de comportamento: passaram a achar que eu mentia sobre o que lhes havia dito e, em consequência, torturaram-me quase que ininterruptamente. Quando não me submetiam a torturas físicas, destroçavam-me mentalmente. Nesta ocasião, aplicaram-me na veia uma droga qualquer, dizendo ser o soro da verdade. Senti o corpo entorpecido e não consegui manter os olhos abertos mas a mente permanecia lúcida.

Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, ten

tou entrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. Colocavam-me completamente nua, de madrugada, no cimento molhado, quando a temperatura estava baixíssima. Petrópolis é intensamente fria na época em que lá estive (oito de maio a onze de agosto). Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. Nesta época Dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma; estavam praticando o mais puro sadismo pois eu já fora condenada à morte e que ele, Dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos "terroristas". Fui então obrigada a escrever tres documentos: uma análise sobre as esquerdas, os motivos de minha saída da organização e uma crítica sobre os órgãos de repressão do Governo. Evidentemente as condições em que foram escritos estes documentos não refletem verdadeiramente o que penso sobre os assuntos neles abordados.

O meu estado psicológico era o pior possível. Por outro lado, eu sentia que estava me tornando uma "batata quente" nas mãos de meus carcereiros. Camarão me disse que o meu nome já estava no Superior Tribunal Militar e que meu "sequestro" já era conhecido de todos. Esta informação contradizia a de seus superiores hierárquicos que afirmavam que ninguém tinha conhecimento de minha prisão e que minha família não se preocupava com o meu sumiço. Pedi-lhes que me entregassem à Justiça Militar, que eu responderia pelos meus atos. Negaram-me com o argumento de que eu sabia demais e em tom de desprezo disseram que o Superior Tribunal Militar é brando no julgamento de casos como o meu.

Alguns dias após submetida a verdadeiro horror, apareceu o Dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída "humana": o suicídio. Disse-me que eu tinha sido condenada à morte, mas ao invés de uma morte lenta nas mãos do Dr. Roberto, eu poderia dar cabo de minha vida. Aceitei e pedi um revólver pois já não suportava mais. Entretanto, Dr. Teixeira queria que

o meu suicídio fosse público. Propos-me então que eu me atirasse debaixo de um ônibus como já fizera. Concordei e no dia seguinte (sete de julho) fui levada para o local. No momento em que deveria atirar-me sob as rodas de um ônibus, agachei-me e segurei as pernas de um deles, chorando e gritando. Minha atitude começou a despertar a atenção de populares e imediatamente fui reconduzida para a casa. Por não ter me matado, fui violentamente castigada: uma semana de choques elétricos, banhos gelados de madrugada, "telefones", palmatórias. Espancaram-me no rosto, até ficar desfigurada. A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. "Márcio" invadia minha cela para"examinar" meu ânus e verificar se "Camarão" havia praticado sodomia comigo. Este mesmo "Márcio" obrigou-me a segurar em seu pênis enquanto se contorcia obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por Camarão e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros.

Em dezenove ou vinte de julho terminou essa fase de torturas. Dr. Pepe comunicou-me que haviam chegado a uma decisão a meu respeito: eu deveria tornar-me agente da repressão e infiltrar-me em minha organização. Fingi aceitar pois eu precisava quebrar a minha incomunicabilidade. Estava literalmente reduzida a um verme. O tratamento que me foi dispensado foi o mais cruel e o mais desumano.

Apesar de concordar, aparentemente, com a solução do Dr. Pepe, pedi-lhe novamente que me entregasse à Justiça. Dr. Pepe reiterou-me que eu sabia demais e que, se chegasse aos tribunais, poderia denunciar tudo o que ocorrera comigo. Ponderei ainda que não tinha condições de me infiltrar na organização pois esta havia sido liquidada e que não tinha sentido uma infiltração no nada. Respondeu-me que havia ainda algumas pessoas e que outras viriam do exterior. Iniciou-se, então, o processo de minha recuperação física e psicológica.

Dr. Carneiro, o médico, voltou a examinar-me, pois chegaram a supor que eu estava tuberculosa, tal o meu estado de fraqueza. Receitou vitaminas A e D, remédio para abrir o apetite, Anafranil e vários outros de que não me recordo. Em meados de julho, na fase mais crítica das torturas, tentei novamente o suicídio, cortando o pulso esquerdo com um pedaço de ferro arrancado da armação da cama de campanha, mas o material não era suficientemente cortante e levei bastante tempo para perfurar o pulso, mas não consegui atingir a veia principal. Esta segunda tentativa de suicídio ficou ignorada pelos meus carcereiros; disse-lhes que havia cortado o pulso no latão de lixo.

Nesta fase, reforçaram a minha alimentação, deram-me roupas limpas e inclusive um par de óculos - de outra pessoa - pois sou bastante míope e passei quase tres meses sem usá-los. Nesta época fui forçada a assinar papeis em branco e escrever declarações ditadas por eles sobre a minha situação, desde o momento de minha prisão. Forçaram-me ainda a assinar um "contrato de trabalho" em que me comprometia a colaborar com os órgãos de segurança em troca de minha liberdade e de dinheiro. Neste contrato constava uma cláusula segundo a qual, se eu não cumprisse o combinado, minha irmã, Lúcia Etienne Romeu, seria presa, pois eu mesma, sua própria irmã a acusava de estar ligada a grupos subversivos. Até isto foi feito pelos meus carcereiros; eu estava arrazada, doente, reduzida a um verme e obedecia como um automato. Aproveitando-se disso, fizeram-me acusar minha irmã, que nunca se envolveu em atividades políticas, como muito bem sabem os próprios órgãos de segurança, que nunca a molestaram.

Obrigaram-me também a gravar um "tape" em que me declaro agente remunerada do governo, e filmaram-me contando notas de dez cruzeiros, quando li o meu "contrato de trabalho".

Declarei nesse "tape" que fui muito bem tratada

por meus carcereiros. Filmaram-me de calça e soutiã para mostrar que as marcas de meu corpo eram consequência do atropelamento. Não me recordo de tudo que disse, mas afirmo que era tudo falso e mentiroso. As respostas que me obrigaram a dar e as afirmações e gestos que me obrigaram a fazer foram previamente ensaiados.

Terminada essa fase, combinou-se minha vinda para Belo Horizonte, onde deveria dar à família a versão de que, presa em São Paulo pelo Delegado Fleury e tentado o suicídio no Rio de Janeiro, conseguira burlar a vigilância do H.C.E. de onde telefonara para uma amiga que me tirara de lá, escondendo-me em um sítio onde permanecera até a recuperação total dos ferimentos.

Para infiltrar-me na organização, mandaram-me contar quase a mesma história, variando apenas o final: depois de medicada no H.C.E. fui transportada para uma casa onde consegui seduzir e embebedar o único agente do local, fugindo após um passeio de carro, no decorrer do qual teria havido um acidente.

O video-tape foi gravado no dia quatro de agosto. De posse de todos os documentos que me foram arrancados debaixo de tortura física e mental - mas nos quais não traí nem comprometi quem porventura pudesse ser por mim traido ou comprometido - Dr. Pepe me comunicou, no dia seis de agosto de mil novecentos e setenta e um, que no dia nove, segunda-feira, eu seria retirada do local, obedecendo ao seguinte plano: para evitar que eu localizasse a casa onde eu me encontrava, rodaríamos de carro durante umas quatro horas (eu com os olhos vendados). Seria então deixada em um lugar qualquer, teria que andar uns 200 metros a pé e então entraria novamente em um segundo carro, que me levaria a um hotel no Rio de Janeiro, no Catete. Depois disso, um terceiro carro me buscaria, me conduziria a Rodoviária, já com passagens compradas para Belo Horizonte. Eu tomaria o ônibus, no qual viajariam elementos dos órgãos de segurança do governo, desconhecidos para mim, a fim de me vigiarem. Chegaria a Belo

Horizonte, procuraria a minha família e contaria a história acima descrita.

Entretanto, por conversas ouvidas de madrugada, entre Pardal e Laurindo, pressenti que se tramava uma cilada que culminaria com a minha morte. Pardal disse a Laurindo que "logo que ela desça do carro para andar os 200 metros eu já estarei com o carro em alta velecidade; ela não terá nem tempo de ver o que lhe acontecerá". Zé Gomes também comentou comigo: "você cairá dura quando souber o que te aguarda". Diante de tudo isto e para não colaborar com a farsa de uma "morte acidental", cortei os pulsos (na madrugada de domingo para segunda feira, nove de agosto). Perdi muito sangue e sentindo que já estava perdendo os sentidos, ocorreu-me a certeza de que deveria lutar pela minha vida, porque tinha esperanças de denunciar tudo o que ocorrera e ainda, todas as coisas que presenciei no inferno em que estava. Assim, gritei por Pardal que, juntamente com os que se encontravam na casa, providenciou os primeiros socorros. Imediatamente, telefonaram para os seus superiores, Dr. Bruno, Dr. Guilherme e Dr. Pepe, que acorreram ao local. Fui medicada pelo Dr. Carneiro, que me fez uma transfusão de sangue e suturas.

Laecato perdeu o controle e disse: -"sua comunista filha da puta, eu sabia que não podíamos confiar em você."

Dr. Bruno fez o seguinte comentário: Você quase destrói um trabalho de anos.

Durante o tempo de meu cativeiro, tentei o suicídio quatro vezes, tres das quais já descrevi. Na outra, engoli certa quantidade de vidro moído, obtido pelo triturramento de ampolas de injeção. Apesar de todas estas tentativas, quero esclarecer que não sou e que nunca fui uma suicida em potencial e que somente em virtude do que me fizeram, do tratamento desumano e cruel a que fui submetida, é que por quatro vezes tentei me matar.

Na quarta feira, onze de agosto, fui informada de que seria trazida para Belo Horizonte, documentada com uma carteira de identidade falsa, fornecida por eles, com o nome de Maristela de Castro.

Dr. Pepe, Zé Gomes e um outro desconhecido trouxeram-me numa Perua Veraneio, 1971, azul escuro e deixaram-me na porta da casa de minha irmã, aproximadamente às vinte e uma horas. Dr. Pepe preveniu-me para que eu não me entregasse a nenhuma autoridade pois se eu fosse presa, ele me "suicidaria" na prisão.

Após minha chegada, minha irmã imediatamente comunicou-se com os órgãos de segurança, solicitando a presença do Major Boffa, do S.N.I., demais membros da minha família e amigos.

Foi providenciada, em seguida, a vinda de um médico e do advogado Iberê Bandeira de Melo. Fui conduzida à Clínica Pinel, onde permaneci cinco dias e de lá, fui transferida para a casa da Saúde Santa Maria, onde me encontro até hoje, em tratamento.

Cheguei a Belo Horizonte com vinte quilos a menos do meu peso normal, traumatizada, sem condições psíquicas. Enquanto estive hospitalizada, fui interrogada umas tres ou quatro vezes pelo Major Orlando, da ID-4, que somente queria conhecer a identidade das pessoas que me trouxeram para Belo Horizonte. Informei-lhe apenas que fui presa pelo Delegado Fleury e que ele poderia prestar melhores esclarecimentos.

Até o dia quinze de setembro não ocorreu nenhuma mudança no comportamento das autoridades que tinham conhecimento de minha presença em Belo Horizonte. Minha família manteve contatos com o General Everaldo José da Silva, comandante da ID-4, a fim de tentar esclarecer a minha situação, mas a informação era sempre a mesma: eu estava em liberdade vigiada mas poderia ficar onde quisesse; na casa de minha mãe ou de qualquer de minhas irmãs casadas, inclusive em Fortaleza, Ceará. Mas eu tinha medo: não entendia o porque de

minha vinda, nem a razão da minha liberdade.

Finalmente, no dia dezesseis de setembro as coisas se aclararam. Recebi a visita do Dr. Pepe, que se apresentou no hospital com o nome de Dr. Pedro Batista. Por estar em presença de minha mãe e de minha irmã, conversamos informalmente. Entretanto, ao se retirar, disse-me ele: "tudo o que combinamos está de pé, você terá de trabalhar para nós". No dia seguinte, Dr. Pepe voltou com o Dr. Bruno e me disseram, em resumo, o seguinte: querem que eu vá para o Rio, para um convento (com exceção do das dominicanas) onde, semanalmente receberei a visita de um deles, a fim de ser "recuperada", ou melhor, para que eu me torne um agente do governo. Teria a obrigação de entregar os remanescentes da VPR, quando então ficaríamos quites e eu livre para fazer o que bem entendesse pois fariam cair no esquecimento todas as acusações que pesam sobre mim. Caso eu tentasse fugir ou praticar alguma ação, o video tape e o contrato seriam exibidos nas prisões, para que os presos políticos fossem convencidos de que eu realmente era uma agente do governo. Além disso, procurariam envolver minha irmã Lúcia em IPM.

Ameaçaram-me de morte ou de condenação para o resto de vida, nas prisões. Como se o que passei não representasse a pena mais cruel que qualquer crime pudesse jamais acarretar.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971.

Inês Etienne Romeu

INÊS ETIENNE ROMEU

ANEXO

Durante o tempo de meu cativeiro, presenciei os seguintes fatos:

1. Quando fui levada para a casa de Petrópolis, lá já se encontrava um camponês nordestino, Mariano Joaquim da Silva, cognominado Loyola. Conversamos tres vezes, duas na presença de nossos carcereiros e uma a sós. Mariano foi preso no dia primeiro ou dois de maio, em Pernambuco. Após sua prisão, permaneceu vinte e quatro horas em Recife, onde foi barbaramente torturado. Seu corpo estava em chagas. Em seguida, foi levado para aquele local, onde foi interrogado durante quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu na casa até o dia trinta e um de maio, fazendo todo o serviço doméstico, inclusive cortando lenha para a lareira. Dr. Teixeira disse-me em princípio de julho que Mariano fora executado porque pertencia ao Comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes do governo. Quando conversei a sós com Mariano, ele mencionou a prisão de Carlos Alberto Soares de Freitas.

2. Dr. Pepe confirmou-me que seu grupo "executara" Carlos Alberto Soares de Freitas, por cuja prisão, ocorrida em fevereiro deste ano, fora responsável. Disse-me que seu grupo não se interessa em ter líderes presos e que todos os "cabeças" seriam sumariamente mortos, após interrogatório. Contou ainda que Marilena Vilas Boas Pinto estivera também naquela casa e que fora, como Carlos Alberto Soares de Freitas, condenada à morte e executada.

3. Segundo ainda o Dr. Pepe, o ex-deputado Rubens B. Paiva teve o mesmo fim, embora não fosse intenção do grupo matá-lo. Só queriam que ele confessasse mas, no decorrer das

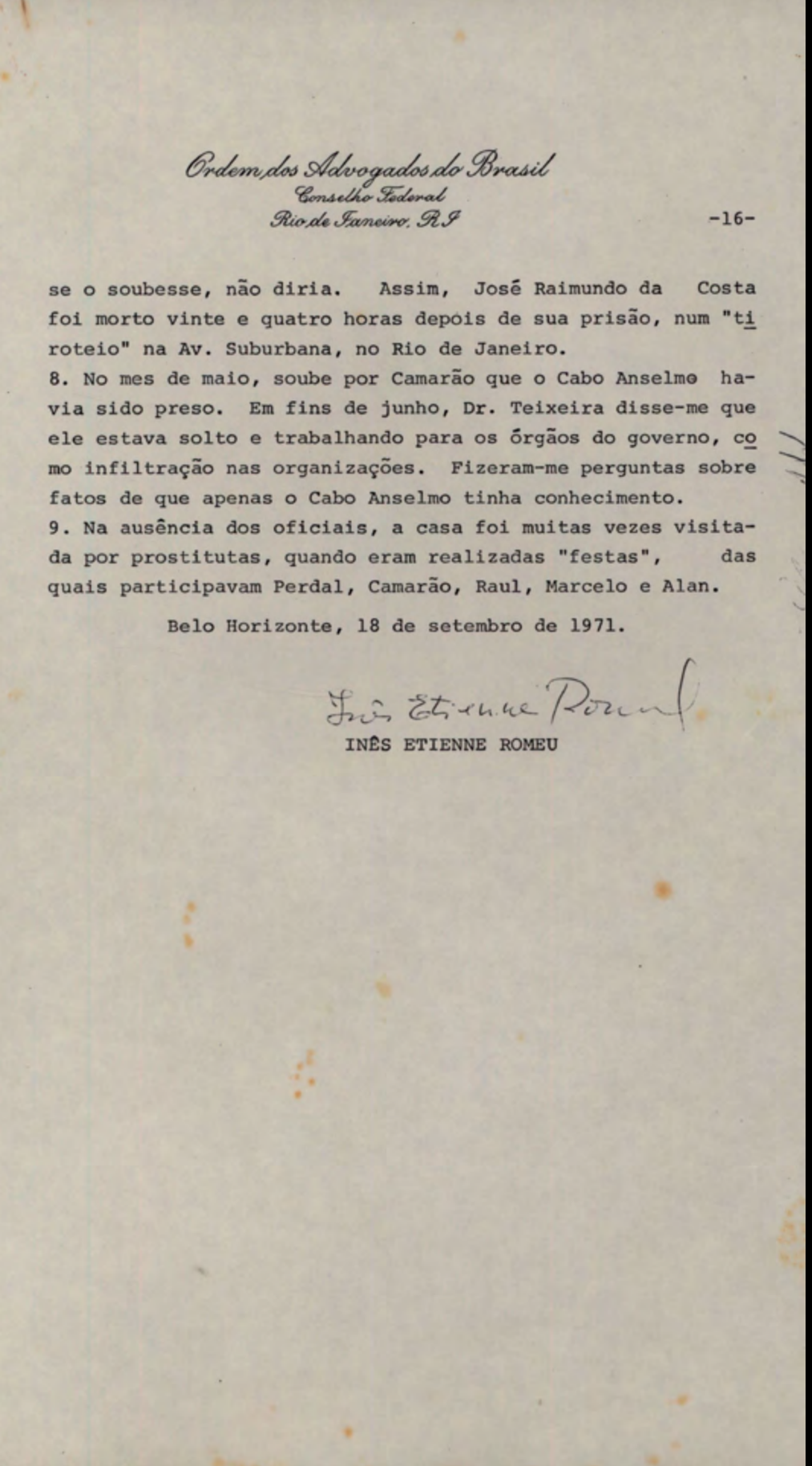
torturas, Rubens Paiva morreu. A morte do ex-deputado foi considerada pelo Dr. Pepe como "uma mancada".

4. Aluisio Palhano, ex-lider dos bancários do Rio de Janeiro, preso no dia seis de maio de mil novecentos e setenta e um, foi conduzido para aquela casa no dia treze do mesmo mes onde ficou até o dia seguinte. Não o vi pessoalmente mas Mariano Joaquim da Silva contou-me que presenciou sua chegada, dizendo-me que seu estado físico era deplorável. Ouvi contudo sua voz várias vezes, quando interrogado. Perguntei a Dr. Pepe sobre ele, que me respondeu: "ele sumiu".

5. Dr. Guilherme disse-me, antes do dia quinze de maio, que iriam prender o Ivan Mota Dias nesta data. Posteriormente, contou-me que Ivan havia sido executado por eles; já o Dr. Roberto disse-me que ele se encontrava no exterior. Entretanto, outros elementos subalternos confirmaram-me a morte de Ivan Mota Dias.

6. No mes de julho, estiveram na casa dois militantes da VPR e um da ALN. O primeiro penso ser Walter Ribeiro Novais, ex-salvavidas de Copacabana. Marcio me afirmou que o mataram. Inclusive, na época (oito a quatorze de julho de mil novecentos e setenta e um), houve uma ruidosa comemoração, em virtude de sua morte. O segundo, é uma moça que acredito ser Heleni Guariba. Foi barbaramente torturada durante tres dias, inclusive com choques elétricos na vagina. O terceiro é Paulo de Tarso Celestino da Silva, que foi torturado durante quarenta e oito horas por Dr. Roberto, Laecato, Dr. Guilherme, Dr. Teixeira, Zé Gomes e Camarão. Colocaram-no no pau de arara, deram-lhe choques elétricos, obrigaram-no a ingerir uma grande quantidade de sal. Durante muitas horas eu o ouvi suplicando por um pouco d'água.

7. No dia quatro de agosto, Laurindo chegou à casa e comunicou ao Dr. Bruno e Dr. César que José Raimundo da Costa havia sido preso numa barreira. Segundo me disse posteriormente Dr. Pepe, José Raimundo da Costa não foi torturado, pois no interrogatório disse que não sabia onde estava Lamarca e,



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Rio de Janeiro, RJ

-16-

se o soubesse, não diria. Assim, José Raimundo da Costa foi morto vinte e quatro horas depois de sua prisão, num "tiroteio" na Av. Suburbana, no Rio de Janeiro.

8. No mes de maio, soube por Camarão que o Cabo Anselmo havia sido preso. Em fins de junho, Dr. Teixeira disse-me que ele estava solto e trabalhando para os órgãos do governo, como infiltração nas organizações. Fizeram-me perguntas sobre fatos de que apenas o Cabo Anselmo tinha conhecimento.

9. Na ausência dos oficiais, a casa foi muitas vezes visitada por prostitutas, quando eram realizadas "festas", das quais participavam Perdal, Camarão, Raul, Marcelo e Alan.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971.

Inês Etienne Romeu

INÊS ETIENNE ROMEU

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE [2014]

Em 2014, a pedido da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Inês reconheceu seis torturadores e carcereiros da Casa da Morte por meio de fotografias. Investigações do Ministério Público e de jornalistas também auxiliaram na identificação posterior de outros agentes. São eles: Freddie Perdigão Pereira (“Dr. Roberto”), capitão de cavalaria; Rubens Paim Sampaio (“Dr. Teixeira”), major de infantaria; Ubirajara Ribeiro de Souza (“Zé Gomes”), segundo-sargento; Jairo de Canaã Cony (“Marcelo”), sargento; Rubens Gomes Carneiro (“Laecato”), segundo-sargento; Antônio Fernando Hughes de Carvalho (“Alan”), oficial ligado ao DOI-CODI do I Exército; Antônio Waneir Pinheiro Lima (“Camarão”), soldado; Amílcar Lobo (“Dr. Carneiro”), médico do Exército; e Luiz Cláudio de Azeredo Vianna (“Laurindo”), comissário da Polícia Civil de Petrópolis.

JULGAMENTO E PRISÃO [1972-1979]

Com sua prisão legalizada em novembro de 1971, Inês foi transferida para o Rio de Janeiro e julgada no ano seguinte. Foi condenada à prisão perpétua pelo crime de morte de um dos agentes de segurança de Giovanni Bucher, embaixador suíço sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em 1970, e transferida para o Instituto Penal Talavera Bruce em Bangu, na capital fluminense. A condenação foi posteriormente modificada para trinta anos de reclusão, quando se concluiu que Inês não havia cometido crime de morte, e novamente ajustada para oito anos, tempo correspondente à pena mínima prevista na lei vigente de Segurança Nacional de 1978 (Lei nº 6620/78).

FIM DO CÁRCERE [1979]

Inês é considerada a última presa política libertada no país durante a Ditadura Civil-Militar, após oito anos de encarceramento. Sua saída aconteceu em 29 de agosto de 1979, um dia depois da promulgação da Lei de Anistia. Apesar de muito ter sido dito sobre sua condição de anistiada, Inês foi beneficiada pela lei em 2001: tendo em vista que o crime de sequestro pelo qual foi condenada a excluía dos benefícios da lei, pôde sair da prisão por ter cumprido seu tempo de pena.

Inês recebe visita de familiares e amigos no Instituto Penal Talavera Bruce. Rio de Janeiro, anos 1970.

Inês no Instituto Penal Talavera Bruce. Rio de Janeiro, março de 1979.

om um misto de ódio e crueldade, heroísmo e fanatismo, na qual também não falt e suborno

Folha - 1º/11/77

Desipe remove presas grevistas para hospital

Greve de fome entra hoje no seu décimo dia

Igreja silencia sobre a greve

JB - 3/11/77

Secretaria espera solução das famílias para a greve das seis presas políticas

JB - 3/11/77

Presos políticos

Solidariedade às presas políticas leva 23 presos políticos à greve de fome

Em frente à este ancoradouro, explodiu a lancha do Inspetor Vilar, que foi sepultado com todas as honras oficiais.

ARQUIVOS DA PRISÃO

Matérias de jornais coletadas por Inês e reunidas na edição nº 1307 da revista *Manchete* (maio de 1977).

Durante sua prisão no Presídio Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, Inês usou revistas *Manchete* como suporte para guardar um importante histórico jornalístico da Ditadura Civil-Militar. As matérias abarcam o período entre julho de 1977 e abril de 1980, indicando que Inês seguiu a coletá-las após ser libertada. Reunidas em ordem cronológica e retiradas de diferentes veículos de comunicação, constituem uma singular linha do tempo sobre a situação dos presos políticos no país e a luta de familiares por anistia.

INÊS [1974]

Muitas lacunas ainda existem sobre o processo de criação e desenvolvimento do curta *Inês* (1974). Feito em apoio a Inês Etienne Romeu durante sua prisão no Instituto Penal Talavera Bruce, Rio de Janeiro, o vídeo mobilizou uma intensa campanha internacional por sua liberdade e é um incontestável documento sobre o poder de mobilização e luta de redes de mulheres.

Sabe-se que o filme parte de uma estreita colaboração entre as atrizes e cineastas Norma Bengell (Brasil, 1935–2013) e Delphine Seyrig (Líbano, 1932–França, 1990). Em 1974, Seyrig iniciava uma intensa produção audiovisual como fundadora do coletivo de mulheres feministas *Les Insoumuses* — um jogo de palavras que combina "musas" e "desobedientes", em francês. O grupo realizou, ao longo dos anos, uma extensa lista de filmes com afiada crítica social e olhar feminista, à qual *Inês*, considerado o primeiro filme dirigido por Seyrig, daria início.

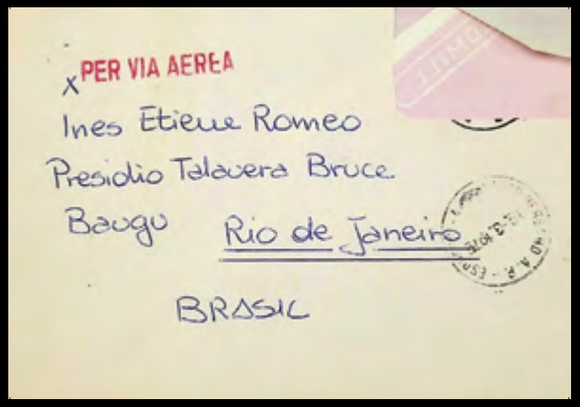
Exibido no Primeiro Congresso Internacional de Mulheres em Frankfurt, em novembro de 1974, o curta mobilizou as participantes e iniciou um amplo movimento internacional. A brutalidade do conteúdo, uma reencenação de tortura realizada por uma atriz e um narrador ainda hoje não identificados, foi defendida como um dispositivo sensível para reconstituir a memória do período e desvelar os crimes misóginos praticados pelo aparato repressivo.

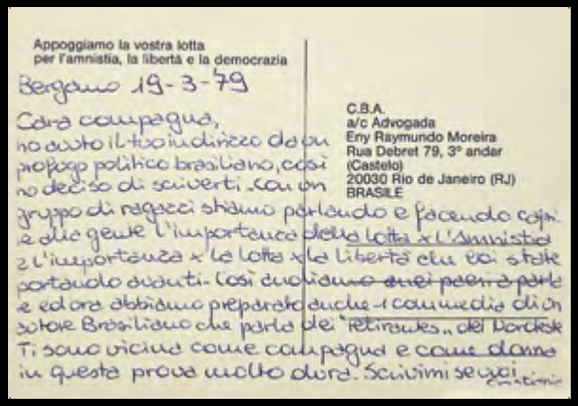
Inês durante julgamento na 3ª Auditoria do Exército. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1972.

Cartão-postal enviado a Inês durante encarceramento no Instituto Penal Talavera Bruce, com os dizeres *"anistia – por um Brasil livre e democrático"*. Bérgamo, Itália, 1979.

POSTAIS DA ANISTIA

A exibição e a circulação do filme *Inês* (1974) em diferentes eventos na Europa e no contexto do Ano Internacional da Mulher, proclamado pela ONU em 1975, motivaram uma ampla campanha internacional em solidariedade e apoio à libertação de Inês. A mobilização culminou no envio de inúmeros cartões-postais a embaixadas brasileiras e ao Instituto Penal Talavera Bruce, onde Inês se encontrava presa. No verso de muitas mensagens via-se o desenho de uma pomba branca, que se tornou o grande símbolo da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil.

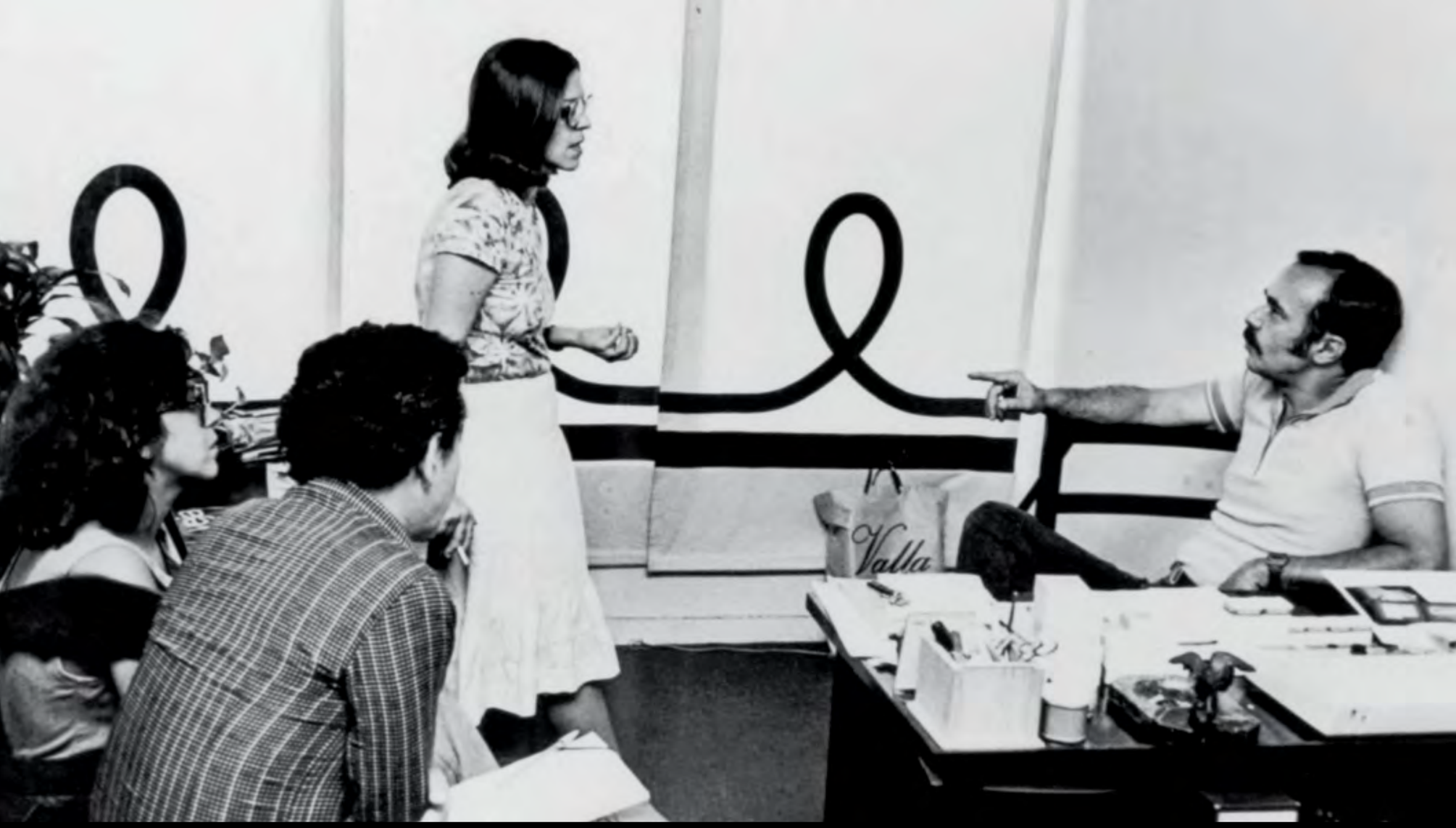




RETORNO A PETRÓPOLIS (1981)

No dia 5 de setembro de 1971, uma semana após ser libertada, Inês dirigiu-se à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro, para prestar testemunho e apresentar documentos relacionados ao seu sequestro e prisão. Um inquérito foi aberto pela OAB para apurar os fatos, mas posteriormente arquivado pelo Ministério da Justiça. A luta de Inês para denunciar os responsáveis pelos crimes, todavia, não terminou: durante seu sequestro, escutou e memorizou os quatro dígitos de telefone da casa onde foi mantida. O fato foi determinante para encontrar, dez anos mais tarde, o endereço da Casa da Morte. Reunindo uma comitiva composta de familiares, amigos, representantes da OAB, familiares de desaparecidos políticos e imprensa, Inês retornou a Petrópolis em 1981 para localizar e denunciar publicamente os crimes de Estado dos quais foi vítima. A ação foi registrada na reportagem "A casa dos horrores", escrita por sua irmã, a jornalista Lúcia Romeu, e o ex-preso político e jornalista Antonio Carlos Fon para a revista *IstoÉ*. A matéria foi vencedora do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, dedicado ao trabalho de jornalistas que colaboram na defesa e na promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos e sociais.

Familiares de presos políticos e Inês, terceira pessoa da direita para a esquerda, em viagem para identificação da Casa da Morte. Petrópolis, 3 de fevereiro de 1981.



CONFRONTO COM AMÍLCAR LOBO, O "DR. CARNEIRO"

Inês confronta o ex-médico e psicanalista Amílcar Lobo, colaborador das torturas na Casa da Morte, em seu consultório. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1981.

O percurso de Inês em identificar os responsáveis por seu sequestro, tortura e prisão teve outra parada além de Petrópolis. Dois dias depois de visitar o local clandestino de tortura, dirigiu-se em companhia da irmã Lúcia Romeu, do deputado Antônio Modesto da Silveira e do fotógrafo A. Fontes até o consultório do psicanalista Amílcar Lobo, médico designado do Exército e colaborador dos crimes praticados durante o período. Reconhecido por Inês, apresentava-se como "Dr. Carneiro" e foi responsável por lhe aplicar o "soro da verdade", tratar de seus ferimentos e garantir maior tempo em tortura na Casa da Morte. Após a denúncia pública de Inês, Amílcar Lobo teve seu registro profissional cassado em 1989 pelo Conselho Federal de Medicina.

CADÊ HELENY? (2022), DE ESTHER VITAL

Os cenários, os figurinos e os bonecos apresentados são parte do curta-documentário *Cadê Heleny*? (2022), dirigido por Esther Vital (1983–). Foram criados por uma equipe de mulheres a partir da experiência em oficinas de *arpilleras* realizadas no Memorial da Resistência em 2018. A técnica têxtil originária do Chile tornou-se um poderoso meio de expressão e denúncia das violações dos direitos humanos durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973–1990). No filme, a costura é o fio condutor da história de Heleny Guariba, professora, diretora de teatro e ativista política desaparecida durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Sua trajetória se conecta à de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis: em depoimento, Inês afirma que Heleny também esteve no local.

HELENY GUARIBA

Nascida em Bebedouro (SP), Heleny Ferreira Telles Guariba (1941–1971) formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) com estudos paralelos em teatro. Lecionou e dirigiu peças, mas interrompeu seu trabalho devido à censura da Ditadura Civil-Militar. Integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi presa pela primeira vez em março de 1970, em Poços de Caldas (MG), e transferida para o DOI/CODI em São Paulo, onde foi torturada por três dias. Quando oficializada sua prisão, cumpriu pena no Presídio Tiradentes até abril de 1971. Em 12 de julho do mesmo ano, foi sequestrada por agentes do DOI/CODI, no Rio de Janeiro, e possivelmente transferida para a Casa da Morte em Petrópolis, de acordo com testemunho de Inês Etienne Romeu. Heleny é reconhecida pelo Estado como desaparecida política e, em relatório da Comissão Nacional da Verdade, recomenda-se a continuidade das investigações sobre seu assassinato.

Cenários e bonecos do curta-documentário *Cadê Heleny?* (2022), por Estela Carvalho.

JULGAMENTO DO TORTURADOR ANTÔNIO WANEIR PINHEIRO LIMA, O "CAMARÃO"

Entre os torturadores da Casa da Morte está a figura de "Camarão", codinome mencionado por Inês Etienne Romeu em 1971 e identificado décadas mais tarde como Antônio Waneir Pinheiro Lima, soldado do Exército. Em 2016, Antônio foi formalmente acusado de sequestro, cárcere privado e estupro, mas a denúncia foi inicialmente rejeitada pela 1ª Vara Federal de Petrópolis. Um recurso do Ministério Público Federal, todavia, resultou na decisão inédita do Tribunal Federal da 2ª Região de não o absolver pelos crimes, sob a justificativa de que as ações não poderiam ter o amparo da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979). Até a data desta publicação, a Justiça Federal continua a tramitar a ação penal contra o acusado neste que é o primeiro processo criminal de estupro por um agente da Ditadura Civil-Militar no país.

Cenário da Casa da Morte de Petrópolis para o curta-documentário *Cadê Heleny?* (2022), por Ana Bedoya, Duda Ohoe e Estela Carvalho.

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA CASA DA MORTE

Com o fim da ocupação da Casa da Morte pelo Centro de Informações do Exército (CIE), em 1974, o imóvel seguiu como propriedade particular de diferentes residentes. Pedidos de tombamento e desapropriação foram realizados nas décadas seguintes, mas revertidos pela Justiça. Como resultado da luta contínua de movimentos organizados da sociedade civil, que buscam transformar o local em um centro de memória aberto ao público, a construção foi tombada provisoriamente em 2023 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), por seu "valor memorial e histórico". O procedimento foi oficializado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 26 de junho de 2023, data que marca anualmente o Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura. Até a data desta publicação, o imóvel permanece como propriedade privada. Em janeiro de 2024, o município de Petrópolis protocolou uma ação de desapropriação do imóvel com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos.

UMA VIDA DEDICADA À MEMÓRIA

Inês retornou aos estudos após sua saída da prisão, formando-se em 1981 no curso de História da Universidade Federal do Ceará. Seu interesse em arquivologia e pesquisa a levaram de volta para São Paulo, onde trabalhou no Arquivo Público do Estado de São Paulo e assumiu a direção da instituição, entre 1988 e 1990. Inês também contribuiu, em 2002, com o projeto de pesquisa inicial para a criação de um Memorial do Cárcere, lugar que, mais tarde, se tornaria o Memorial da Resistência de São Paulo. Em 2003, em episódio até hoje não esclarecido, Inês foi atacada em seu apartamento por um suposto prestador de serviços e sofreu sequelas neurológicas permanentes. Faleceu no dia 27 de abril de 2015, aos 72 anos, em sua casa em Niterói (RJ).

Inês durante participação no VI Congresso Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro, abril de 1986.

LUTA POR DIREITOS

QUERO ESCREVER UM CONTO

[1984]

Quero escrever um conto. Pode ser um conto-de-fadas,
[um conto-do-vigário, um conto erótico.
Quero escrever um conto, um conto de amor e de vida.
Quero dizer de felicidades.
[Alguma coisa que seja ela mesma
Assim como um sentido em atuação: ouvidos, olhos e bocas
Quero escrever um conto de amor.
Um conto verdadeiro, com eletricidade de ser.
Quero um conto, um canto, um ponto na trajetória do
[devenir
Para um futuro mais belo.
Futuro que vislumbro na cor dourada do sol da janela
[dos Arquivos
Arquivo casa onde eu morei e que em mim mora.
Quero escrever um conto ao silêncio dos documentos.

Beatriz Nascimento

Mulheres sempre lutaram contra a permanência de antigas e novas formas de autoritarismo. Um olhar atento para a realidade brasileira traz à tona uma constante luta por direitos, organizada por múltiplos sujeitos e movimentos sociais que ocupam a cena pública para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Junto às demandas por memória, verdade e justiça presentes no enfrentamento da Ditadura Civil-Militar, as décadas de 1970 e 1980 viram se fortalecer no país uma agenda de pautas feministas que caminhou em meio às mudanças sentidas nas relações das mulheres com o trabalho, a família e a vida política. De suas articulações e mobilizações, surgiu uma série de espaços autônomos de discussão, organizados por coletivos, associações e clubes que enxergavam na educação uma ferramenta de emancipação feminina.

O direito ao próprio corpo e ao prazer, a questão da saúde reprodutiva e o fim da violência doméstica somaram-se aos protestos por mais vagas em creches e pela garantia de direitos trabalhistas, a exemplo da categoria das domésticas. No período de redemocratização, demandas presentes na Constituição de 1988 organizaram o debate público, como o acesso à saúde, à educação e à moradia digna, as reivindicações da população negra para o enfrentamento do racismo e da violência policial, e da comunidade LGBT+ na luta contra o preconceito e a violação de direitos. Nesse sentido, cabe reafirmar que a luta das mulheres por direitos no Brasil é um processo contínuo que envolve a conscientização pública para questões urgentes, como a garantia do acesso a serviços públicos de qualidade para toda a população, independente de classe, raça ou identidade sexual.

p. 76: Integrantes do "Lobby do Batom" em frente ao Congresso Nacional. Brasília, 1986.

NAIR BENEDICTO

Engajada com temas políticos e fortemente comprometida com a luta por direitos e justiça social, Nair Benedicto (São Paulo, 1940) produz há décadas um registro sensível e atento às lutas populares e à realidade de grupos historicamente invisibilizados por todo o país.

Sua história junto de uma máquina fotográfica é também a de sua resistência durante a Ditadura Civil-Militar. Acusada de envolvimento com a organização Ação Libertadora Nacional (ALN), Nair foi presa em setembro de 1969 e conduzida ao Deops/SP, no edifício que hoje abriga o Memorial da Resistência, onde foi interrogada e torturada. Posteriormente transferida para o Presídio Tiradentes, foi solta em 1970, mas não sem consequências físicas, psicológicas e profissionais, dado que a exigência de atestados de idoneidade moral na época a impedia de trabalhar em empresas de vídeo e cinema.

O caminho da fotografia independente, uma das poucas opções viáveis para Nair, transformou-se em um instrumento de documentação e expressão da memória social brasileira. Resulta disso um arquivo fotográfico em contínua expansão sobre organizações populares e manifestações de rua, povos originários e quilombolas, classes trabalhadoras e pessoas em situação de rua, que trata também da condição da mulher.

As fotografias da série *Conhecendo o corpo feminino* são um fragmento dos muitos encontros acompanhados por Nair em oficinas promovidas por organizações feministas em São Paulo, no ano de 1984. Dedicadas a conhecer o corpo feminino, as reuniões eram espaços seguros e solidários para discutir temas como gênero, saúde e sexualidade junto de nomes como a escritora e intelectual Rose Marie Muraro (1930–2014) e os coletivos SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia (Recife) e jornal *Mulherio*.

Encontro dos Grupos SOS Corpo de Recife e Mulherio de São Paulo da série *Conhecendo o Corpo Feminino* (1984), de Nair Benedicto.

Oficina com Rose Marie Muraro da série *Conhecendo o corpo feminino* (1984), de Nair Benedicto.

UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO

A União de Mulheres de São Paulo (UMSP) é uma organização autônoma criada em 1981 com o objetivo de defender os direitos das mulheres através do incentivo e da promoção de uma educação popular feminista. O processo de fundação, que contou com a participação de ativistas políticas como Kátia Antunes, Criméia Alice Schmidt de Almeida, Maria Amélia de Almeida Teles, Terezinha de Oliveira Gonzaga e Maria de Lourdes Rodrigues, está diretamente ligado ao contexto de luta pela redemocratização no país e de reorganização dos movimentos sociais vividos no final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Naquele momento, militantes de partidos de esquerda, ex-presas políticas e mulheres autônomas ocuparam a cena pública, reivindicando melhores condições de trabalho, creches, redução do custo de vida, maior participação feminina no cenário político e o fim da violência contra a mulher – bandeiras que a UMSP carrega ainda hoje. Com atuação ininterrupta desde sua criação, a UMSP continua enfrentando os desafios de promover a emancipação feminina por meio do oferecimento de cursos, oficinas e atividades.

Manifestação do Dia Internacional da Mulher no centro da cidade. São Paulo, 8 de março de 1988.

Manifestação de familiares de mortos e desaparecidos políticos junto ao Comício pelas Diretas Já, no Largo São Francisco. São Paulo, 25 de janeiro de 1984.

Acima: Manifestação do Dia Internacional da Mulher, com apoio ao movimento pela Anistia. São Paulo, 8 de março de 1989.

Manifestação do Dia Internacional da Mulher na Praça da Sé. São Paulo, 8 de março de 1986.

Manifestação "A impunidade é cúmplice da violência" na Praça Ramos. São Paulo, 1992.

Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia. 1975.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

O envolvimento de pessoas e entidades dedicadas a ampliar o espaço de atuação na política contra a ditadura marcou a segunda metade da década de 1970 e, progressivamente, a anistia tornou-se uma palavra de ordem central entre as demandas da oposição. Teve grande atuação no período o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975 na cidade de São Paulo. Pautados na defesa da anistia ampla e geral para vítimas do Estado, núcleos do MFPA foram criados por todo o país e passaram a reunir estudantes, lideranças de esquerda e uma rede de solidariedade no exterior. É inegável o protagonismo das mulheres, principalmente mães, companheiras, irmãs e filhas de presos políticos, que saíram às ruas e percorreram os presídios em busca de informações de seus familiares.

Manifestantes na Câmara dos Deputados durante votação da Lei da Anistia. Brasília, 1979.

MULHERES NAS DIRETAS JÁ

Milhares de brasileiros e brasileiras reuniram-se ao longo de 1984 para os comícios da campanha Diretas Já, num culminante processo de abertura democrática no país após anos de restrições político-eleitorais impostas pela Ditadura Civil-Militar. Além da reivindicação por eleições diretas para a presidência da República, o movimento abarcou demandas por maior representatividade feminina na política nacional. Apesar da sucessão presidencial em 1985 ter sido indireta, sob responsabilidade do Colégio Eleitoral, organizações e movimentos de mulheres seguiram atuantes e foram responsáveis pela conquista de órgãos voltados a políticas públicas de igualdade de gênero, como a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) logo no primeiro ano da presidência de José Sarney.

Mulheres na posse do então vice-presidente eleito José Sarney. Brasília, 15 de março de 1985.

MINICONSTITUINTE DA MULHER

Com o lema “Constituinte: tem que ter mulher!”, a Miniconstituinte da Mulher foi promovida pela União de Mulheres de São Paulo em 1986 e reuniu mais de trezentas pessoas na Câmara Municipal de São Paulo. Na ocasião, 38 deputadas foram simbolicamente eleitas por núcleos de mulheres e de sindicatos rurais e urbanos para debaterem propostas para a Constituição. As resoluções foram encaminhadas ao Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, realizado no dia 26 de agosto do mesmo ano, em Brasília.

Mulher lê panfleto durante a Miniconstituinte da Mulher, na Câmara. São Paulo, 17 de agosto de 1986.

CONSTITUINTE E "LOBBY DO BATOM"

Em 1985, o Brasil viu o fim de uma longa ditadura e a organização de uma nova Constituição, com a participação de mulheres de diferentes vinculações político-ideológicas. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com o slogan "Constituinte sem mulher fica pela metade", foi um relevante espaço de diálogo e pressão por igualdade na política. O resultado veio nas eleições de 1986, com o aumento de oito para 26 parlamentares eleitas. A disparidade com homens, ainda que grande, levou à formação de uma bancada de deputadas e senadoras no Congresso conhecida como "Lobby do Batom". Grande parte de suas reivindicações foi incorporada ao texto final da Constituinte de 1988, como ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, igualdade jurídica junto aos homens e licença-maternidade de 120 dias.

Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. 1987.

Carta das Mulheres

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em novembro de 1985, lançou a Campanha Mulher e Constituinte. Desde então, o CNDM percorreu o país, ouviu as mulheres brasileiras e ampliou os canais de comunicação entre o movimento social e os mecanismos de decisão política, buscando fontes de inspiração para a nova legalidade que se quer agora. Nessa Campanha, uma certeza consolidou-se: CONSTITUINTE PRA VALER TEM QUE TER PALAVRA DE MULHER.

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária.

Nós, mulheres, estamos conscientes que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando, sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembléias e palácios.

Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstituição de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita, o que mulheres já disseram no passado:

"Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos voz nem representação" (Abigail Adams, 1776).

Hoje, dois séculos após estas palavras, no momento em que a sociedade brasileira se volta para a elaboração de uma nova Constituição, nós, mulheres, maioria ainda discriminada, exigimos tratamento especial à causa que defendemos.

Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporem as propostas desta histórica Campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

p. 102: Deputada federal Benedita da Silva, única parlamentar negra a integrar a Assembleia Nacional Constituinte, fala ao Congresso Nacional durante entrega da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Brasília, 26 de março de 1987.

A FORMIGA, UM SÍMBOLO DE LUTA

A formiga, símbolo do trabalho persistente e coletivo das mulheres, foi a imagem escolhida por integrantes da União para uma pintura realizada nos pilares do Elevado Costa e Silva, o "Minhocão", em fevereiro de 1987. A ação, parte de uma campanha em defesa dos direitos das mulheres durante a Assembleia Nacional Constituinte, culminou na detenção arbitrária das participantes. Encaminhadas à Polícia Federal para prestarem depoimento por pichação, tornaram-se o único grupo de que se tem notícia a ser detido por realizar grafites em defesa da Constituição.

Integrantes da União de Mulheres de São Paulo pintam painel em defesa dos direitos da mulher na Constituinte em pilastra do Elevado Costa e Silva. São Paulo, 1987.

CASA DE CULTURA DA MULHER NEGRA

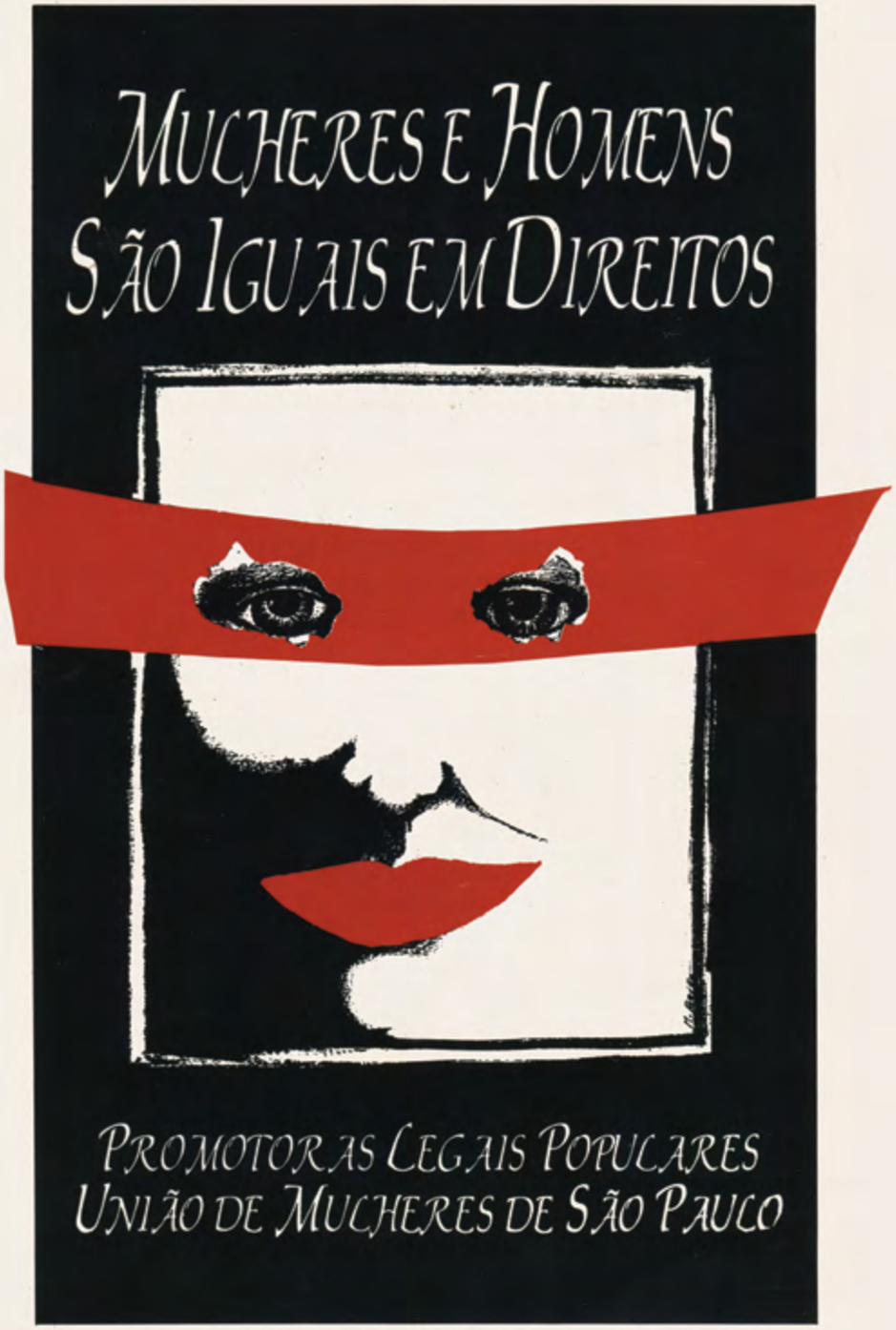
Os movimentos de mulheres negras e o feminismo negro têm protagonismo histórico nas lutas por direitos no país, sempre apontando as discriminações vividas em uma sociedade racista, propondo uma agenda política articulada entre gênero, raça e classe, e apoiando bandeiras comuns contra violências e desigualdades. Um dos espaços de organização e mobilização dessa luta foi a Casa de Cultura da Mulher Negra, fundada em 1991 por Alzira Rufino (1949–2023) em Santos (SP). Até o encerramento de suas atividades, em 2019, a Casa foi um local de união e apoio, com oferta de cursos, eventos culturais e serviços de assistência jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica. Da parceria com a União de Mulheres surgiu o 1º Encontro Nacional de Entidades Populares contra a Violência à Mulher, em 1993, com o mote "A impunidade é cúmplice da violência".

Mulheres da Casa de Cultura da Mulher Negra em visita à União de Mulheres de São Paulo. São Paulo, 30 de agosto de 1993.

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Estabelecido na década de 1990 a partir de uma parceria entre a União de Mulheres de São Paulo e a organização Themis – Gênero e Justiça, do Rio Grande do Sul, o projeto Promotoras Legais Populares (PLPs) tem como missão promover o acesso de mulheres à justiça e aproximá-las do poder público. A formação política, inspirada em iniciativas de capacitação em países como Peru e Chile, está assentada na ideia de que a educação é um poderoso instrumento na luta por direitos, e oferece noções básicas de legislação, organização do Estado, funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), feminismos, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros.

O curso acontece anualmente desde 1994 na capital paulista, promovido pela União de Mulheres, mas há núcleos de promotoras que atuam de forma independente no estado de São Paulo e em outros estados. Hoje, milhares de mulheres formadas e atuantes em seus territórios abrem caminhos para o acesso a serviços, direitos e políticas basilares para a melhoria da vida em suas comunidades.



Cartaz das Promotoras Legais Populares, arte de Marta Baião. Sem data.

Promotoras Legais Populares do estado de São Paulo nas escadarias do Bixiga. São Paulo, 28 de janeiro de 2023.

Seminário “Introdução ao Curso de Promotoras Legais Populares”, primeiro treinamento realizado com lideranças populares de entidades de mulheres e sindicatos. São Paulo, 1994.

NAIR BENEDICTO ENCONTRA PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Nair Benedicto acompanha o trabalho da União de Mulheres de São Paulo desde sua fundação, nos anos 1980. As fotografias apresentadas são resultado de seu encontro recente com representantes de núcleos das Promotoras Legais Populares de diversas cidades do estado de São Paulo, realizado no início de 2023 nas escadarias do Bixiga, bairro onde está localizada a sede da União de Mulheres de São Paulo. Nair também fotografou o cortejo de carnaval de 2023 do Bloco da Dona Yayá, organizado pela União. Fundado em 2000, o bloco percorre as ruas do Bixiga ecoando marchinhas sobre questões de gênero e direitos das mulheres.

Maria Amélia (Amelinha) e Criméia no cortejo do Bloco da Dona Yayá com as Lavadeiras do Saracura. São Paulo, 12 de fevereiro de 2023.

Promotoras Legais Populares do estado de São Paulo nas escadarias do Bixiga. São Paulo, 28 de janeiro de 2023.

CLUBE DE MÃES DA ZONA SUL

Com expressiva participação de mulheres, a organização popular em regiões periféricas da zona sul de São Paulo tornou-se uma importante força de mobilização e atuação política, mesmo durante o rígido controle da Ditadura Civil-Militar, nas décadas de 1970 e 1980. Com influência e apoio de setores da Igreja Católica, sobretudo os ligados à Teologia da Libertação, os Clubes de Mães foram espaços de luta e reflexão social, política e religiosa em inúmeros bairros da zona sul de São Paulo.

Cursos de costura e afazeres domésticos transformaram-se ao longo do tempo em encontros de discussão e formação com caráter contestatório e voltados a reivindicações para melhorias estruturais nos bairros de suas moradoras, como acesso à energia elétrica, água potável, saneamento básico e creches, e redução nos preços dos alimentos de primeira necessidade. Os Clubes de Mães tiveram um papel fundamental na origem do Movimento do Custo de Vida (MCV), que alcançou repercussão nacional ao denunciar a política econômica do regime militar, bem como uma forte participação na campanha por representação de mulheres na Constituinte.

2° Encontro de Mulheres da Vila Remo.
São Paulo, 1982.

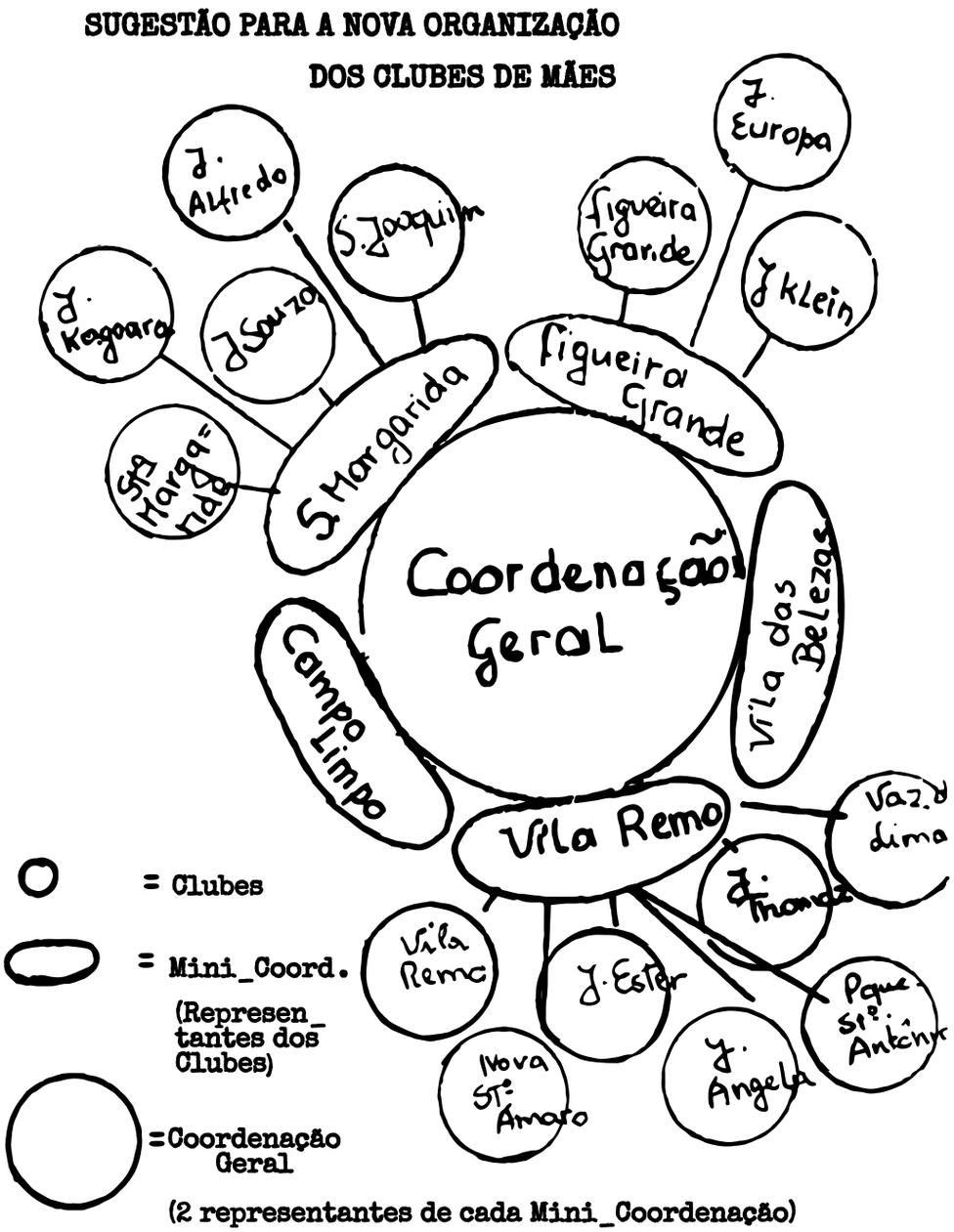
1° Encontro de Mulheres da Vila Remo.
São Paulo, 1983.

p. 114: 3° Encontro de Mulheres da Vila Remo. São Paulo, 1984.

Começamos a fermentar[3]
jovens mulheres e homens
na esperança de mudar
Nosso país pra melhor
sofremos com repressão
e com muita confusão

Somos nós as veteranas
que enfrentamos a ditadura
E aqui no nosso país
Nós lutamos com amor
Tentando tornar feliz
Nosso povo trabalhador.

Tudo aqui era ruim 2.
Sem luz sem água sem creche
A carência era grande
Filhos largados na rua
Ao sol a chuva e a lua

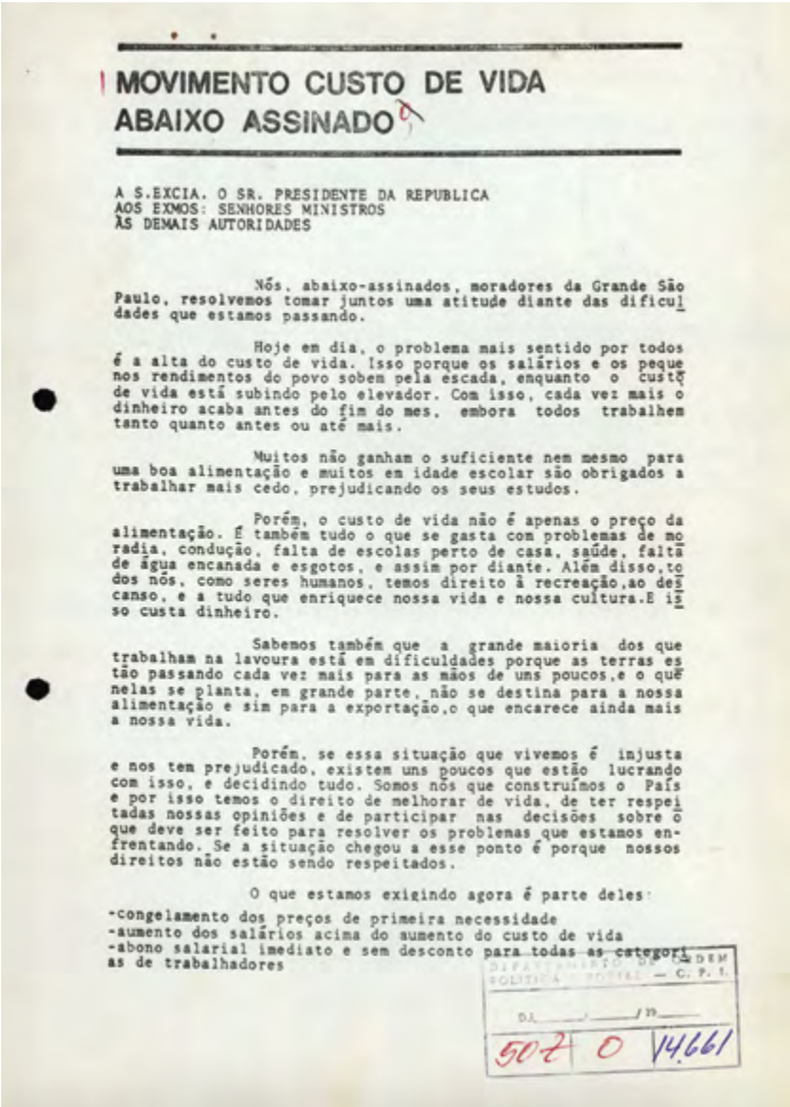


Sugestão de organograma dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, retirado de documento da Coordenação Geral dos Clubes de Mães. São Paulo, fevereiro de 1979.

ELIZABETH TEIXEIRA

Elizabeth Teixeira, uma das principais lideranças do Clube de Mães da Zona Sul, e Ana Dias, durante o 4º Encontro de Mulheres da Vila Remo. São Paulo, 1985.

Homenageada no 4º Encontro de Mulheres da Vila Remo, do Clube de Mães da Zona Sul, Elizabeth Teixeira (1925–) é uma figura central na defesa dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores do campo. As reivindicações por reforma agrária, justiça social e fim da violência eram pautas também do marido, João Pedro Teixeira (1918–1962), líder da Liga Camponesa de Sapé (PB). Após o companheiro ser assassinado a mando de latifundiários, Elizabeth continuou a luta ao assumir a organização. Perseguida e presa, mudou-se para o Rio Grande do Norte em 1964 e adotou um nome falso por dezessete anos, quando sua história, de João Pedro e de seus onze filhos foi resgatada no filme *Cabra marcado para morrer* (1984), de Eduardo Coutinho (1933–2014). A casa da família em Sapé abriga hoje o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.



MOVIMENTO CUSTO DE VIDA
ABAIXO ASSINADO

A S.EXCIA. O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA
AOS EXMOS: SENHORES MINISTROS
ÀS DEMAIS AUTORIDADES

Nós, abaixo-assinados, moradores da Grande São Paulo, resolvemos tomar juntos uma atitude diante das dificuldades que estamos passando.

Hoje em dia, o problema mais sentido por todos é a alta do custo de vida. Isso porque os salários e os pequenos rendimentos do povo sobem pela escada, enquanto o custo de vida está subindo pelo elevador. Com isso, cada vez mais o dinheiro acaba antes do fim do mes, embora todos trabalhem tanto quanto antes ou até mais.

Muitos não ganham o suficiente nem mesmo para uma boa alimentação e muitos em idade escolar são obrigados a trabalhar mais cedo, prejudicando os seus estudos.

Porém, o custo de vida não é apenas o preço da alimentação. É também tudo o que se gasta com problemas de moradia, condução, falta de escolas perto de casa, saúde, falta de água encanada e esgotos, e assim por diante. Além disso, todos nós, como seres humanos, temos direito à recreação, ao descanso, e a tudo que enriquece nossa vida e nossa cultura. E isso custa dinheiro.

Sabemos também que a grande maioria dos que trabalham na lavoura está em dificuldades porque as terras estão passando cada vez mais para as mãos de uns poucos, e o que nelas se planta, em grande parte, não se destina para a nossa alimentação e sim para a exportação, o que encarece ainda mais a nossa vida.

Porém, se essa situação que vivemos é injusta e nos tem prejudicado, existem uns poucos que estão lucrando com isso, e decidindo tudo. Somos nós que construímos o País e por isso temos o direito de melhorar de vida, de ter respeitadas nossas opiniões e de participar nas decisões sobre o que deve ser feito para resolver os problemas que estamos enfrentando. Se a situação chegou a esse ponto é porque nossos direitos não estão sendo respeitados.

O que estamos exigindo agora é parte deles:

-congelamento dos preços de primeira necessidade
-aumento dos salários acima do aumento do custo de vida
-abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL — C. P. I.
DE ___/___/19___
502 | 0 | 14661

Cópia de abaixo-assinado do Movimento do Custo de Vida apreendido pelo Deops/SP. São Paulo, 1978.

LUTA CONTRA A CARESTIA

O Movimento Contra a Carestia ou Movimento do Custo de Vida (MCV) ganhou contornos no início dos anos 1970 em meio às reuniões de mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul. Questionando os preços dos gêneros de primeira necessidade, os baixos salários e a insuficiência de serviços de saúde e educação, o movimento ganhou maior projeção com a incorporação de outras entidades. A articulação de um abaixo-assinado reuniu, em 1978, mais de 20 mil pessoas na Praça da Sé para um ato simbólico. Em setembro do mesmo ano, representantes foram até Brasília apresentar 1,3 milhão de assinaturas recolhidas. A ausência das autoridades no dia não permitiu a entrega, mas o movimento seguiu suas atividades e tornou-se um dos maiores exemplos de participação popular no contexto político do período.

Chegada de mulheres representantes do Movimento do Custo de Vida ao Palácio do Planalto para entrega de abaixo-assinado com mais de 1 milhão de assinaturas. Brasília, setembro de 1978.

MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES

A mobilização de mulheres em diferentes regiões periféricas de São Paulo foi determinante para estabelecer o Movimento de Luta por Creches, estruturado em 1979 durante o 1º Congresso da Mulher Paulista. O evento, que reuniu cerca de 800 mulheres no Teatro Ruth Escobar, enxergou como prioritária a reivindicação por creches financiadas pelo Estado. Além de garantias à mãe trabalhadora em sua exaustiva dupla jornada, que continuava em casa como domésticas e costureiras, a bandeira exigiu espaços de socialização e desenvolvimento adequados para as crianças, maior participação familiar na orientação dos filhos, equiparação salarial e melhores condições de trabalho.

Manifestação de luta por creches no saguão da Prefeitura. São Paulo, 17 de setembro de 1980.

REDE MULHER DE EDUCAÇÃO

Dedicada à formação política e popular, a Rede Mulher de Educação promoveu inúmeros eventos, cursos, alianças e o fortalecimento de movimentos sociais em prol da luta por direitos das mulheres a partir de 1980, quando surgiu em São Paulo. A atuação da organização, fundada pela socióloga, escritora e militante feminista Moema Libera Viezzer (1938–), esteve também no centro das mobilizações para a Assembleia Constituinte de 1987, incluindo a organização de encontros realizados junto a coletivos da zona sul de São Paulo. Entre eles, o evento "Nós e a Constituinte", realizado em junho de 1986, teve por objetivo discutir a causa popular das mulheres e garantir estratégias para as eleições de porta-vozes.

Relatório do Encontro de Mulheres "Nós e a Constituinte", publicado pela Rede Mulher. São Paulo, setembro de 1986.

CONGRESSO DA MULHER PAULISTA

Realizadas entre 1979 e 1981 em São Paulo, as três edições do Congresso da Mulher Paulista foram importantes espaços de debate e mobilização entre mulheres. Temas como trabalho, luta por creches, maternidade, violência doméstica e sexualidade ditaram as pautas dos encontros, organizados com a participação de entidades feministas, sindicatos, associações de donas de casa, grupos de mulheres lésbicas e Clubes de Mães, entre muitas outras. A primeira edição do evento aconteceu no Teatro Ruth Escobar nos dias 3, 4 e 8 de março de 1979, com cerca de 800 participantes. No ano seguinte, chegou a reunir mais de 3.500 pessoas no TUCA (Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) entre os dias 8 e 9 de março. O local também sediou a terceira edição do encontro, acompanhado por um ato de encerramento com aproximadamente 3.000 manifestantes na Praça da Sé, no dia 8 de março de 1981.

1º Congresso da Mulher Paulista. São Paulo, 8 de março de 1979.

LAUDELINA DE CAMPOS MELLO

Laudelina de Campos Mello (1904–1991) deixou como legado conquistas fundamentais para a luta antirracista e por direitos das mulheres no país. Nascida em Poços de Caldas (MG), foi doméstica ainda na infância, quando a categoria não tinha direito à sindicalização ou à proteção das leis trabalhistas. Na década de 1930, já em Santos (SP), integrou o Partido Comunista Brasileiro e a Frente Negra Brasileira, importante entidade do movimento negro. Foi na cidade de Santos que fundou a primeira Associação de Empregadas Domésticas do Brasil, em 1936. Sua militância política, atenta às causas das mulheres, da população negra e das classes trabalhadoras menos favorecidas, encontrou pioneirismo também em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, quando atuou voluntariamente nas Forças Armadas do Brasil.

Mudou-se para Campinas (SP) e criou, em 1961, a Associação das Empregadas Domésticas de Campinas, que mais tarde viria a se transformar no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região. Em homenagem e continuidade ao trabalho de Laudelina, em 1989, foi fundada na cidade a Casa Laudelina de Campos Mello – Organização da Mulher Negra, constituída por mulheres e jovens negras educadoras, com atuação até os dias de hoje.

1º Encontro da Associação das Empregadas Domésticas de Campinas. 1984.

ORGANIZANDO UMA CATEGORIA

Laudelina, terceira da esquerda para a direita, em jantar para cozinheiras no clube Paulistano da Glória. São Paulo, anos 1940.

Fundada por Laudelina em 1961, a Associação das Empregadas Domésticas de Campinas promoveu proteção e representação da categoria na cidade e região, além de atividades de cunho educativo, esportivo e cooperativo. No período da Ditadura Civil-Militar, devido às restrições políticas, a entidade adquiriu um caráter mais beneficente ao realizar cursos e distribuição de alimentos. Por questões internas, Laudelina deixou a entidade em 1968 e retomou seu envolvimento nos anos 1980, na conjuntura da redemocratização. Com a promulgação da Constituição, a Associação transformou-se no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região em 1988, comprometido com a luta de Laudelina em apontar discriminações raciais no ambiente de trabalho, exigir igualdade de direitos e reforçar o papel dessas mulheres, em sua maioria negras, na sociedade brasileira.

CONGRESSO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

O 1º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas (1968) é um exemplo da força e da persistência de mulheres trabalhadoras durante o controle e a vigilância da Ditadura Civil-Militar. Laudelina esteve diretamente envolvida na organização do primeiro evento, em São Paulo, dedicado ao reconhecimento de direitos trabalhistas e à sindicalização na profissão. Planos de ação em escala nacional foram discutidos entre as cerca de quarenta trabalhadoras presentes, provenientes de nove estados do país. Desde então, os Congressos Nacionais seguem existindo: em agosto de 2021 ocorreu o XII Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em formato virtual.

Laudelina, segunda da esquerda para a direita, no 1º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas de São Paulo. São Paulo, 1968.

BAILE PERÓLA NEGRA

A atuação de Laudelina em Campinas (SP), onde morou até o fim da vida, incluiu a reivindicação de espaços de encontro, lazer e sociabilidade que reforçaram a participação e o protagonismo da população negra na agenda cultural da cidade. Uma de suas contribuições foi a criação do Baile Pérola Negra, realizado pela primeira vez no Teatro Municipal de Campinas em 1957. Dedicado a jovens negras, o baile de debutantes era uma resposta direta a outras celebrações do tipo na cidade dedicadas exclusivamente a garotas brancas. O evento segue, ainda hoje, como uma importante tradição local. Em 2023, foi realizado no Clube Bonfim.

Laudelina, em pé, durante o Baile Pérola Negra do Clube Regatas de Campinas. Ao seu lado, a atriz Ruth de Souza. Campinas, 1978.

DIREITOS TRABALHISTAS PARA TODAS

A luta das trabalhadoras domésticas pela regulamentação da categoria teve um significativo avanço em 1972, com a conquista de poucos – mas fundamentais – direitos, como carteira de trabalho assinada, férias remuneradas de vinte dias úteis e acesso a serviços da previdência social. Outras conquistas também foram garantidas na Constituição de 1988, apesar de a categoria ter sido assegurada com apenas nove dos mais de trinta direitos assistidos aos demais trabalhadores. Laudelina faleceu em 1991, aos 86 anos, sem testemunhar um dos maiores frutos de seu trabalho: a proposta de Emenda Constitucional nº 72, de 2013, conhecida como PEC das Domésticas, que garantiu direitos como jornada de trabalho de 44 horas semanais, pagamento de hora extra e recolhimento de FGTS.

Laudelina, ao centro, em reunião no Sindicato da Construção Civil. Campinas, 1959.

IN.FORMAR: CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR

Fundado em 1980 com a proposta de apoiar a análise crítica e a tomada de posições de movimentos sociais, o In.Formar: Cultura e Educação Popular foi uma entidade civil sem fins lucrativos de intensa atuação em São Paulo. Sociólogos, educadores sociais e fotógrafos se engajaram como membros, comprometidos em documentar as lutas populares e produzir materiais de apoio para atividades educativas e conscientizadoras em linguagem acessível e de fácil transmissão.

Os conteúdos assumiram formatos diversos, como *slideshows* e montagens audiovisuais, e foram empregados para o trabalho de base junto de grupos de mulheres e mães, educadores de menores de rua, coletivos de jovens, sociedades de amigos de bairro e movimentos por moradia, numa troca de experiências conjunta e permanente até o encerramento da organização em 1992. A partir da doação de uma de suas fundadoras, Maria Célia Vieira Rossi, o que restou do acervo In.Formar encontra-se atualmente sob salvaguarda do IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas.

Marcha dos 100 anos da abolição. São Paulo, 13 de maio de 1988.

Manifestação da Panela Vazia. São Paulo, 26 de novembro de 1983.

p. 132–133: Manifestação do Dia Internacional da Mulher. São Paulo, 8 de março de 1988.

HM
FINANCIADORA
A MULHER NEGRA QUER TER
PODER de DECISÃO nos ASSUNTOS DE RAÇA
CONS. DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA

BASTA DE VIOLENCIA
PT
Mulher levante e conquiste o
COMISSÃO DE MULHERES PT SANTO
Quem ama,
NÃO MATA!
QUEM AMA
NÃO MATA
LAMIA
PELOS
DIREITOS
HUMANOS

ACERVO BAJUBÁ

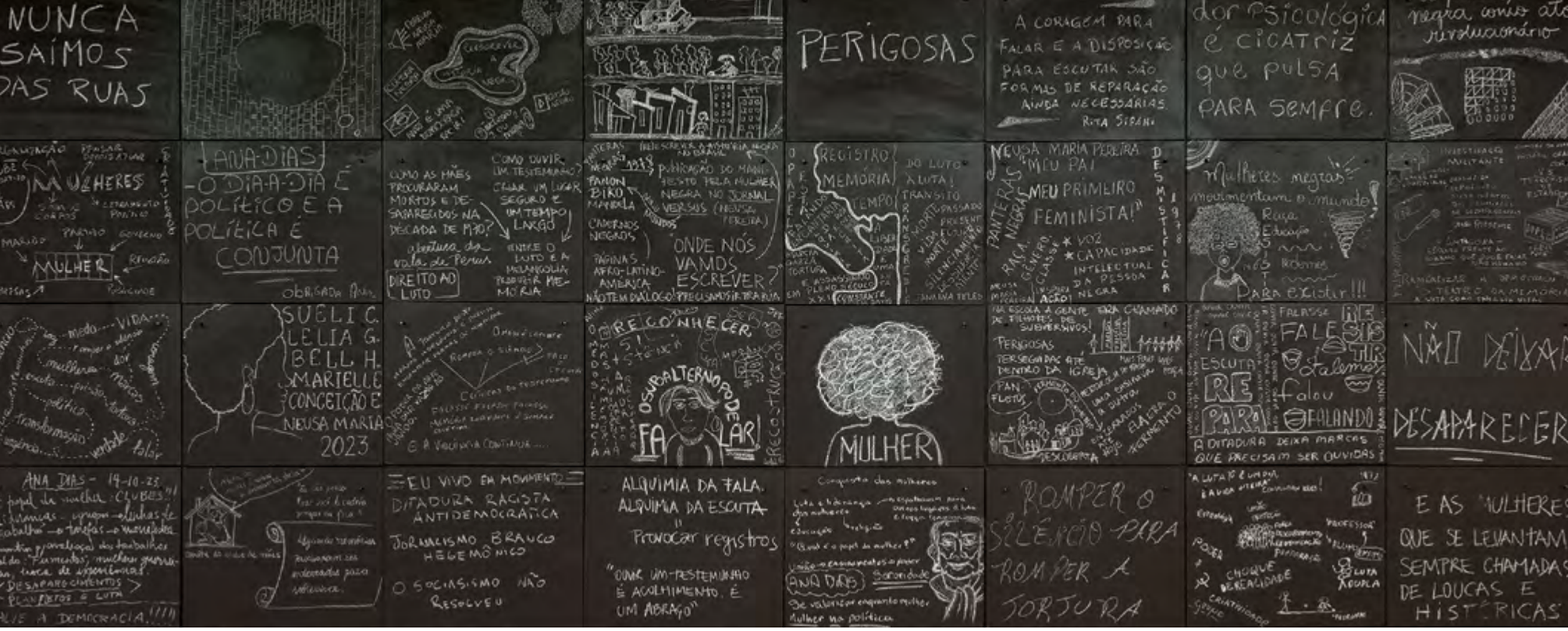
O Acervo Bajubá é um projeto comunitário de registro de memórias das comunidades LGBT+ brasileiras. Reúne itens que documentam a diversidade sexual e a pluralidade de expressões e identidades de gênero no Brasil, e desenvolve ações e projetos de produção, mediação e circulação de memórias e histórias de pessoas de sexo e gênero dissidentes.

Em 2022, o Acervo Bajubá realizou uma imersão no Centro de Pesquisa e Referência do Memorial da Resistência para analisar as perspectivas de gênero agenciadas pela instituição em suas ações e projetos e, a partir disso, propor articulações que permitissem discutir outras experiências de mulheres no período da Ditadura Civil-Militar e suas reverberações em vivências no presente.

Esse levantamento é apresentado na exposição em duas vitrines com materiais do percurso curatorial realizado pelo Acervo Bajubá no Centro de Referência e com um trabalho desenvolvido a partir da exposição *Mulheres em Luta!*, em parceria com a ONG Mulheres da Luz. Em seu conjunto, as vitrines indicam caminhos possíveis para pensarmos sobre a participação de mulheres nos processos políticos, sociais e culturais na história recente do país.

Manifestação de prostitutas contra a violência policial na região central. São Paulo, 30 de novembro de 1979.

Passeata na Praça Ramos de Azevedo em protesto e em memória dos desaparecidos políticos na Argentina e no Brasil. São Paulo, 22 de agosto de 1980.



Escola de Testemunhos (2023), dispositivo artístico-educativo do Grupo Contrafilé.

GRUPO CONTRAFILÉ

A *Escola de Testemunhos* é um dispositivo artístico-educativo que parte da premissa de que cada pessoa é uma escola e, portanto, possui sabedorias e sensibilidades próprias e profundas, que falam de uma singularidade ao mesmo tempo que expressam processos sociais e coletivos.

Para a exposição, o dispositivo é ativado na voz de três mulheres de luta, que nos convidam a aprender, escutar e refletir sobre questões da memória e da resistência. Ao final da exposição, a *Escola de Testemunhos* se encerra com uma meta-aula, um encontro sobre a importância da prática pública do testemunho.

Se o testemunho é uma escola, como aprender a partir dele? O que aprender? O que uma testemunha está ensinando? Os encontros na mostra *Mulheres em Luta!* são abertos, realizados no espaço expositivo, e todas as pessoas são convidadas a tomar notas em placas de lousa, participando assim de um registro coletivo das potências ensinadoras das aulas com os temas "Tudo é política!", com Ana Dias, "O pacto do silêncio e modos de rompê-lo", com Rita Sipahi, "Luta antirracista e resistência à ditadura", com Neusa Maria Pereira, e "Rodas de partilha, testemunho público e a produção coletiva da memória", com Janaína Teles, Márcia Gazza e Rudinei Borges.

O Grupo Contrafilé é um coletivo de produção de arte-política-educação que tem como foco encontros com diferentes pessoas, grupos e comunidades, sempre a partir de uma perspectiva cartográfica na qual a principal matéria de trabalho é a escuta e a performatização de afetos e urgências. Atualmente, fazem parte deste grupo Cibele Lucena, Joana Zatz Mussi e Rafael Leona, professores, pesquisadores e artistas que entendem a educação como um lugar central de criação e inspiração, enquanto contribuem para possíveis transformações na sensibilidade coletiva.

MULHERES EM LUTA! ARQUIVOS DE MEMÓRIA POLÍTICA

Exposição em cartaz no Memorial da Resistência de São Paulo de 7 de outubro de 2023 a 28 de julho de 2024.

BEATRIZ
NASCIMENTO

BEATRIZ
NASCIMENTO

ANISTIA
ANISTIA

ACERVO
BARRIÊ
MULHERES EM LUTA

GRUPO
CONTRAPUÑ

MULHERES
EM LUTA
Arquivos de
Memória Política

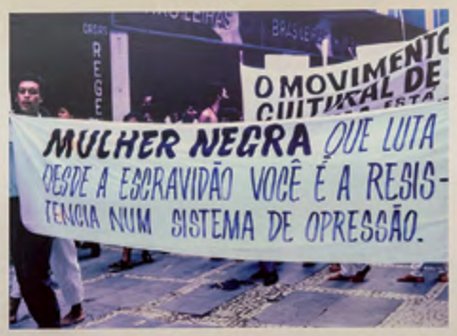
Pelos direitos
1979-1989-10 ANOS DE ANISTIA
LIVRO DE MULHERES DE S. PAULO

Pelos direitos

NÓS DONAS DE CASA EXIGIMOS
CONGELAMENTO DOS PREÇOS

Constituinte
De repente nossa vista clareou, clareou, clareou,
e descobrimos que a mulher tem valor, tem valor, tem valor.

LAUDELINA DE CAMPOS MELLO


O MOVIMENTO
MULHER NEGRA QUE LUTA
DESDE A ESCRAVIDÃO VOCÊ É A RESIS-
TENCIA NUM SISTEMA DE OPRESSÃO.

NÓS DONAS DE CASA EXIGIMOS
O CONGELAMENTO DOS PREÇOS

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Governador
Tarcísio Gomes de Freitas

Vice-Governador
Felicio Ramuth

Secretária de Estado da Cultura,
Economia e Indústria Criativas
Marilia Marton

Secretário Executivo
Marcelo Assis

Chefe de Gabinete
Daniel Scheiblich Rodrigues

Coordenadora da Unidade de
Preservação do Patrimônio Museológico
Karina Santiago

Diretora do Grupo Técnico de
Coordenação do Sistema Estadual
de Museus
Renata Cittadin

Diretora do Núcleo de Apoio
Administrativo
Denise dos Santos Parreira

Diretora do Grupo de Preservação do
Patrimônio Museológico
Vanessa Costa Ribeiro

Equipe Técnica da Unidade de
Preservação do Patrimônio Museológico
Angelita Soraia Fantagussi
Dayane Rosalina Ribeiro
Eleonora Maria Fincato Fleury
Kelly Rizzo Toledo Cunegundes
Luana Gonçalves Viera da Silva
Marcia Pisaneschi Sorrentino
Marcos Antônio Nogueira da Silva
Mirian Midori Peres Yagui
Regiane Lima Justino
Roberta Martins Silva
Sofia Gonçalez
Tayna da Silva Rios
Thiago Brandão Xavier

Conselho de Orientação Cultural
do Memorial da Resistência
de São Paulo
Carla Gilbertoni Carneiro
Eduardo Ferreira Valério
Jerá Guarani
Luciana Cesar Guimarães
Mário Augusto Medeiros da Silva
Paulo de Tarso Vannuchi
Sheila Santana de Carvalho

ASSOCIAÇÃO PINACOTECA
ARTE E CULTURA

Diretor-geral
Jochen Volz

Diretor Administrativo e Financeiro
Marcelo Costa Dantas

Diretor de Relações Institucionais
Paulo Romani Vicelli

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO

Diretora Técnica
Ana Pato

Coordenadora da Ação Educativa
Aureli Alves de Alcântara

Educadores
Ana Beatriz Roque de Oliveira
Daniel Augusto Bertho Gonzales
Guilherme Bertolino Nunes
Luis Fernando Saab Barbosa
Marcus Vinicius Freitas Alves
Osvaldo Sant'Anna Júnior

Centro de Pesquisa e Referência
Júlia Cerqueira Gumieri
Vanessa Miyashiro
Thayna Oliveira da Silva (aprendiz)

Ação Cultural
Carolina Faustini Junqueira
Lucas Ribeiro

Desenvolvimento Institucional
Célia Gillio

Comunicação
Sérgio Motta
Bruna Caetano de Deus
Ânela Macedo Mendonça (estagiária)

MULHERES EM LUTA!
ARQUIVOS DE MEMÓRIA POLÍTICA

Curadoria
Ana Pato

Assistência de Curadoria e Pesquisa
Carolina Faustini Junqueira

Artistas, Coletivos e Movimentos
Acervo Bajubá
Beatriz Nascimento
Bianca Turner
Delphine Seyrig
Emicida & Batucaderas do Terreiro dos Órgãos
Estela Carvalho
Esther Vital
Grupo Contrafilé
Mães da Leste
Mães de Osasco e Barueri
Movimento de Familiares das Vítimas do Massacre em Paraisópolis
Mulheres da Luz
Nair Benedicto
Norma Bengell
Promotoras Legais Populares de São Paulo
União de Mulheres do Município de São Paulo
Val Gomes

Textos e Legendas
Carolina Faustini Junqueira
Pâmela de Almeida Resende

Projeto Expográfico
Goma Oficina –
Christian Salmeron
Teresa Vicini Lodi (assistente)

Identidade Visual
Goma Oficina –
André Stefanini
Maria Cau Levy
Flora Milanez

Projeto de Iluminação
Saullo Costa da Silva Andretti

Colagem de Fotogigantismo
Julio Dojcsar

Digitalização de Acervo Fotográfico
Fernando Fortes

Ação Educativa
Equipe do Programa Educativo

Produção
Angela Gennari
Cecilia Zuchi Vezzoni
Lucas Ribeiro

Montagem
Duzzi Cenografia

Assessoria de Imprensa
Si Comunicações – Silvana Inácio

Revisão
Fernanda Alvares

Tradução
Brune Carvalho

Realização
Associação Pinacoteca
Arte e Cultura (APAC)

Arquivos
Acervo Cinemateca Brasileira
Acervo Memorial da Resistência de São Paulo – Programa Coleta Regular de Testemunhos
Armazém Memória
Arquivo Comissão Nacional da Verdade
Arquivo da União de Mulheres de São Paulo
Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados
Arquivo Público do Estado de São Paulo
CAAF/Unifesp – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense
Casa Laudelina de Campos Mello – Organização da Mulher Negra
CEDEM - Centro de Documentação e Memória da Unesp
Centre Audiovisuel Simone de Beauvoir
Fundação Beatriz Nascimento
IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas
Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas

Agradecimentos
Amelinha Teles, Ana David, Aparecida Marcondes de Oliveira, Bethania Nascimento Freitas Gomes, Bruno O., Cleusa Aparecida da Silva, Conceição da União, Criméia de Almeida, Desirée de Lemos Azevedo, Helena Zelic, Isabel Cristina Leite, Josiane Nascimento, Juliana Ziebell, Marcos Tolentino, Mariana Meneguetti, Orestes Toledo, Paula Ribeiro Salles, Pedro Henrique Santos Cursino, Rafael Moretti, Rodrigo Otavio Garcia, Sandra Aparecida Pereira, Sebastião Lopes Neto, Sheila Aparecida Rodrigues Soares, Yara Cristina Gabriel, Yuri Fraccaroli.

Créditos das Imagens
pp. 1, 2, 16, 18, 34, 36, 37, 39–54, 57, 58, 60, 62, 63, 65, 73, 159, 160: Fundo Inês Etienne Romeu, Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 13: Bethania Nascimento, Fundação Beatriz Nascimento. pp. 21, 29, 68, 71, 136, 141–144, 146–150, 152, 153: Isabella Matheus / Acervo Memorial da Resistência de São Paulo. pp. 22–24, 31–33: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo. p. 66: Antonio Augusto Fontes / Fundo Inês Etienne Romeu, Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 76: João Fernandes, Josemar Gonçalves Eugênio Novaes, José Varella / Arquivo Nacional. pp. 81–89, 108 (embaixo), 110, 111: Nair Benedicto / N-Imagens Estúdio Fotográfico. pp. 91–95, 98, 99, 104, 105, 107, 108 (em cima): União de Mulheres do Município de São Paulo. p. 96: Fundo Asmob, Cedem/Unesp. p. 97: Orlando Brito / Arquivo Público do Estado de São Paulo. pp. 100, 101, 112–117, 121: Cecilia Hansen; Fundo Clube de Mães da Zona Sul, Cedem/Unesp. p. 102: Arquivo Histórico Câmara dos Deputados. pp. 118, 119, 135: Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 120: Maristela Mafei / Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 122: Sandra Adams / Arquivo Público do Estado de São Paulo. pp. 125, 129: Acervo Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas. pp. 126–128: Arquivo Casa Laudelina de Campos Mello - Organização da Mulher Negra. pp. 130–133: Fundo In.Formar, Arquivo IIEP - Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas. p. 134: Ricardo Giraldez / Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 140: Levi Fanan / Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

CATÁLOGO

Coordenação editorial
Carolina Faustini Junqueira

Produção editorial
mira.etc – Deborah Moreira

Design gráfico
Goma Oficina –
André Stefanini
Maria Cau Levy
Flora Milanez

Revisão
Editorial Estrela da Manhã –
Marcelo Cipolla
Fernanda Alvares
Flávio Silva

Fontes
Ruder Plakat, Antwerp, Neue Haas Grotesk

Papel
Capa Supremo 300g, miolo Offset 90g

Tiragem
2000 exemplares

Impressão
Ipsis Gráfica e Editora

Apoio e distribuição
FES Brasil – Fundação Friedrich Ebert
Av. Paulista, 2001 – 13º andar, conj. 1313
01311-931 São Paulo – SP, Brasil
Christoph Heuser,
Representante da FES Brasil
Jaqueline Lima Santos,
Diretora de Justiça Racial e de Gênero da FES Brasil
fesbrasil@fes.org.br

Realização
Memorial da Resistência de São Paulo
Largo General Osório, 66
01213-010 São Paulo – SP, Brasil

O Memorial da Resistência agradece a todas as mulheres pelas entrevistas concedidas ao Programa Coleta Regular de Testemunhos.

Em atenção à Lei n. 9610/1998, todos os esforços foram feitos para localizar os detentores dos direitos das obras aqui expostas. Em caso de possíveis omissões, por favor entre em contato com faleconosco@memorialdaresistenciasp.org.br

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da FES Brasil – Fundação Friedrich Ebert.

Apoio

Realização

Mulheres em Luta! Arquivos de memória política [recurso eletrônico] / curadoria Ana Pato e Carolina Faustini Junqueira. -- São Paulo : Memorial da Resistência de São Paulo : Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2024.
160 p.

ISBN 978-65-89070-45-0

Catálogo da exposição realizada no Memorial da Resistência de São Paulo, de 07 de outubro de 2023 a 28 de julho de 2024.

1. Ditadura - Brasil – Século XX. 2. Mulheres – História do Brasil. 3. História oral. 4. História e política. 5. Memorial da Resistência de São Paulo – Exposição. I. Pato, Ana. II. Junqueira, Carolina Faustini.

CDD 323

Arquivos de Memória Política

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG
BRASIL

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO